

# INFÂNCIAS-MIGRANTES-LITERATURA-INFANTIL:

*cometas, para interrogar o mundo e reinventar mapas*



UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO

Caroline Couto

INFÂNCIAS-MIGRANTES-LITERATURA-INFANTIL:  
*cometas, para interrogar o mundo e reinventar mapas*

Santa Cruz do Sul  
2020

Caroline Couto

INFÂNCIAS-MIGRANTES-LITERATURA-INFANTIL:

*cometas, para interrogar o mundo e reinventar mapas*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado e Doutorado, Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Produção de Sujeitos, da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Dra. Betina Hillesheim

Professora Orientadora – Universidade de Santa Cruz do Sul

Dr. Mozart Linhares da Silva

Professor Examinador – Universidade de Santa Cruz do Sul

Dra. Lílian Rodrigues da Cruz

Professora Examinadora – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dr. Luciano Bedin da Costa

Professor Examinador – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Santa Cruz do Sul

2020

CIP - Catalogação na  
Publicação

Couto, Caroline

INFÂNCIAS-MIGRANTES-LITERATURA-INFANTIL : cometas, para  
interrogar o mundo e reinventar mapas / Caroline Couto. – 2020.  
94 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Santa  
Cruz do Sul, 2020.

Orientação: Profa. Dra. Betina Hillesheim.

1. Migrações. 2. Refúgio. 3. Infância. 4. Crise Humanitária.  
5. Migrações internacionais. I. Hillesheim, Betina. II. Título.

*Às infâncias que escreveram saudades, passagens e permanências –  
em mim.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço!

À Betina por me apresentar à pesquisa e fazê-la possível, pelo afeto transformador.

Ao Mozart, ao Luciano e à Lílian, professores-inspirações.

À CAPES pela bolsa de estudos, que foi condição de acesso e permanência.

Ao PPGEduc da UNISC: aos professores pelo entusiasmo criador, aos colegas pelas trocas e, com carinho, à Daiane e à Mariele.

Ao grupo de pesquisa ‘Políticas Públicas, Inclusão e Produção de Sujeitos’, pelos respiros-resistências que somos juntos.

À equipe do Centro Social Marista Boa Esperança, pela companhia e pelo tanto que aprendemos. Juntas e juntos.

Ao Centro de Referência em Direitos Humanos, da Associação do Voluntariado e da Solidariedade, que abrigou a proposta das oficinas: ao Ir. Matheus, à Patrícia, ao Pedro, ao José, ao Gustavo, à Sílvia e ao Gabriel.

Às crianças, pelas histórias que contamos.

À Gisele, que officinou comigo.

À Rosi e ao Paulo que são acolhida, quando necessário, e impulso de vida, sempre.

Ao Daniel pelas histórias e cuidados compartilhados, pelo toque do olhar.

Ao Ricardo pela música e a intensidade, pelo amor.

Que sigamos nos encontrando. E comendo. Juntos.

*No descomeço era o verbo.*

*Só depois é que veio o delírio do verbo.*

*O delírio do verbo estava no começo, lá onde a  
criança diz: Eu escuto a cor dos passarinhos.*

*A criança não sabe que o verbo escutar não  
funciona para cor, mas para som.*

*Então se a criança muda a função de um verbo, ele  
delira.*

*E pois.*

*Em poesia que é voz de poeta, que é a voz de fazer  
nascimentos —*

*O verbo tem que pegar delírio.*

*Uma didática da invenção - Manoel de Barros*

## RESUMO

Esta dissertação é feita de encontros e de histórias, de crianças, infâncias, literatura e migrações. Conta histórias de vidas e de mortes, de partidas e chegadas, saudades e recomeços. É feita de memórias. E também é feita de literatura, daquela que adjetivamos com o infantil. São histórias que compõem a história do que vimos chamando crise humanitária. Uma narrativa de acontecimentos, com recortes e contornos bem marcados: por *contemporâneas* tomam-se as migrações ocorridas nesta segunda década do século XXI; por *migrações*, tomam-se as internacionais; e por *infância*, entende-se a experiência de inaugurar o mundo. Propõe pensar a crise humanitária, relacionada as migrações internacionais contemporâneas e as situações de refúgio, a partir da experiência da infância. Para tanto, assume como processo teórico-metodológico a cartografia, e como principal operador conceitual a infância. A partir disto, discute as linhas molares e moleculares que compõe os discursos da crise humanitária e, pela infância, abre espaço para as linhas de fuga, instaurando infâncias-migrantes.

**Palavras-chave:** crise humanitária, migrações internacionais, refugiados, literatura infantil, infâncias.



## ABSTRACT

This dissertation is made of encounters and stories, of children, childhoods, literature and migrations. It tells stories of lives and deaths, of departures and arrivals, longings and new beginnings. It is made of memories. And it also is made of literature, the kind that we associate with children. These are stories that make up the story of what we have been calling the humanitarian crisis. A narrative of events, with well-marked cutouts and contours: *contemporary* migrations are regarded as those that occurred in this second decade of the 21<sup>st</sup> century; *migrations* refer to the international sort; and *childhood* is understood as the experience of inaugurating the world. It proposes to think about the humanitarian crisis, related to international migrations and refuge situations, from the experience of childhood. For this purpose, it adopts cartography as a theoretical and methodological process, and childhood as the main operational concept. Furthermore, this work discusses the molar and molecular lines that compose the discourses of the humanitarian crisis and, through childhood, it makes room for the lines of flight, establishing migrant childhoods.

**Keywords:** humanitarian crisis, international migration, refugees, children's literature, childhoods.

## SUMÁRIO

<i>Uma nota, para começar</i> .....	11
<b>PRÓLOGO</b> .....	16
<i>1 Cometas</i> .....	17
<i>2 Para interrogar o mundo</i> .....	43
<i>com linhas de literatura infantil</i> .....	44
<i>costuradas em infâncias e cartografias</i> .....	56
<i>e transformadas em encontros</i> .....	63
<i>3 E reinventar mapas</i> .....	68
<i>territórios</i> .....	70
<i>saudades</i> .....	74
<i>passagens</i> .....	77
<i>permanências</i> .....	79
<i>Infâncias, bordas, nós e outras linhas sem fim, com contornos de encerramento</i> .....	84
<b>EPÍLOGO</b> .....	89
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	90

*Uma nota, para começar*

Mas, como escolher por onde começar? Como contar sobre as histórias que encontrei, que me encontraram, e se fizeram dissertação? Como separar e chamar por começo o que se teceu junto, de tal maneira que – confesso! - não sei distinguir início e fim? Certa vez, quis aprender a fazer tricô, bordado e todas essas artes que envolvem linhas. Eu começava com alguns pontos e sempre parava com muitos: não é que a coisa ia aumentando, aumentando, aumentando...um cachecol virava (quase) um cobertor...e eu interrompia, sempre, pela metade. Mais tarde, troquei aquelas linhas por linhas de escrita. E não é que a coisa segue a crescer! Talvez seja porque colocar fim também é difícil. E escrever, às vezes, é terminar. Por isso, começo e paro pelo meio, sem a pretensão de esgotar a língua, o encontro e a conversa, com um convite à maneira de Gilles Deleuze<sup>1</sup>: “fazer circular a casa vazia e fazer falar as singularidades pré-individuais e não pessoais, em suma, produzir o sentido é a tarefa de hoje” (1974, p. 45).

Sentidos não são princípio, nem origem, eles são sempre produzidos, “o sentido é sempre um efeito. Não somente um efeito no sentido causal; mas um efeito no sentido de "efeito óptico", "efeito sonoro", ou melhor, efeito de superfície, efeito de posição, efeito de linguagem” (Gilles DELEUZE, 1974, p. 43). Há muitas formas de entender o sentido. Mas, aqui, ele assume a simplicidade e a força do uso corriqueiro e fala tanto das possibilidades de compreensão, quanto das formas pelas quais uma situação, uma história ou uma palavra toca, afeta ou nos faz estremecer. O sentido da escrita é efeito do encontro. Por isso ‘Infâncias-Migrantes-Literatura-Infantil’ não é só a primeira parte de um título; antes, conta da tentativa de um exercício ético, que se compromete com a inseparabilidade entre um e outro. O sentido que as infâncias, as migrações e as literaturas compõem, aqui, só podem ser pensados juntos, um em relação ao outro. Quando Sandra Mara Corazza (2000, p. 56) dá nome à secção ‘A-vida-a-morte’ ao escrever sobre a infância, conta que o faz porque opera com uma posição analítica que é outra e não a da binaridade. Dessa forma, nomear com ‘Infâncias-Migrantes-Literatura-Infantil’ é como consigo contar que infâncias, migrantes e literatura infantil foram tomados a partir de lógicas outras, construídas com encontros singulares, que escreveram outros modos possíveis de existir,

---

<sup>1</sup> Todas as citações aparecerão com nomes completos para situar as vozes das autoras e dos autores que compõem a escrita, em um exercício de não apagar a diferença pela língua.

resistir e reexistir e, ainda, de contar histórias de migração. Numa lógica outra, a crise humanitária, por exemplo, ganha contornos de começos.

Assim, esta dissertação é feita de encontros e de histórias, de crianças, infâncias, literatura e migrações. Histórias de vidas e de mortes, de partidas e chegadas, saudades e recomeços. É feita de memórias. E também é feita de literatura, daquela que adjetivamos com o infantil. Literatura infantil que, aqui, tanto conta de narrativas migrantes, quanto se torna dispositivo de encontro com crianças migrantes. São histórias que compõem a história do que vimos chamando crise humanitária/e migratória/e dos refugiados. Uma narrativa de acontecimentos. Com recortes e contornos bem marcados: por *contemporâneas* tomam-se as migrações ocorridas nesta segunda década do século XXI; por *migrações*, tomam-se as internacionais; e por *infância*, toma-se a experiência de inaugurar o mundo, e, também, os encontros com crianças migrantes, a partir de oficinas de literatura infantil. São histórias que falam de intensidades e de virtualidades, que tomam as migrações contemporâneas, a crise humanitária e a infância, como acontecimentos.

O que é um acontecimento? Uma situação, aquilo que é dito, o que ocorre diante de nós, o que nos explica sobre algo. Isto? Também. Mas é mais. O acontecimento é em si mesmo, por isso não se explica e nem se esgota pela linguagem, mas faz vibrar, no nível da linguagem, o devir e, com ele, o que se passa, o que escapa pelo meio, entre as coisas e as proposições. François Zourabichvili (2004), indica que o acontecimento, para Gilles Deleuze, é aquilo que “na linguagem, distingue-se da proposição, e aquilo que, no mundo, distingue-se dos estados de coisas. Melhor: de um lado, ele é o duplo diferenciante das significações; de outro, das coisas. Daí a aplicação do par virtual-atual” (p. 7). Nas palavras do próprio Gilles Deleuze, “os acontecimentos são como os cristais, não se transformam e não crescem a não ser pelas bordas, nas bordas (1974, p. 12).

Para tanto, interessam, aqui, as bordas. As histórias menores, aquelas que carregam em sua virtualidade um estado intensivo. Histórias que interrogam a atualidade e a questionam como acontecimento, na forma de problematização. Interessa buscar compreender: como pensar a crise humanitária contemporânea, que é migratória e é dos refugiados, pelo encontro com a literatura e com as crianças, a partir da experiência da infância?

\*\*\*

Estávamos em uma das Oficinas de Literatura Infantil. As crianças escutavam com atenção a história de uma menina que viaja e atravessa fronteiras com o seu pai. Leio, com elas, o trecho:

“Eu também durmo quando estamos viajando. E sonho que continuo a viajar e a viajar, e que eu nunca mais vou parar.

Mas algumas vezes é preciso parar. Porque quem nos leva, nem sempre vai até onde queremos ir.

- Para onde estamos indo? – eu pergunto às vezes, mas ninguém me responde”  
(Jairo BUITRAGO, 2016, s/p).

Nesta altura, pergunto às crianças:

*Para onde será que eles estão indo?*

Uma responde:

*Para o norte.*

E a outra, rapidamente:

*Ou para o sul.*

Pergunto:

*Para o norte ou para o sul de onde?*

Sem hesitar, respondem juntas:

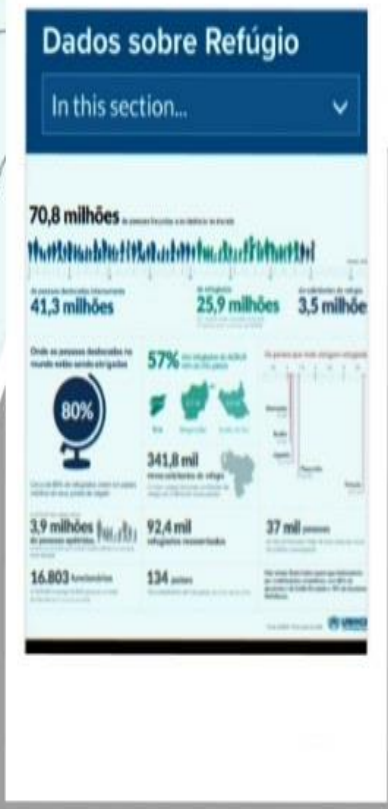
*Do Brasil!*<sup>2</sup>

\*\*\*

---

<sup>2</sup> Todos os trechos em itálico foram retirados do Diário de Campo.

INFÂNCIAS-MIGRANTES-LITERATURA-INFANTIL:  
*cometas, para interrogar o mundo e reinventar mapas*



*PRÓLOGO*

Um menino. Três anos, ficamos sabendo depois. Ele ficou famoso, realmente muito conhecido. Posso apostar que você lembra o seu nome, mas eu nem preciso contar ainda, basta dizer o que lhe aconteceu: o ano era 2015, a crise era humanitária e o menino morreu. Um pequeno cadáver estendido às margens da praia, foi a imagem que ganhou o mundo – sim, naquele dia de setembro fatídico, ganhamos a macabra recompensa de como vimos produzindo (algumas) vidas. Foi intenso. Virou símbolo. Estátua. Estátua-símbolo da crise humanitária, da crise migratória, do drama dos refugiados.

\*\*\*

Um tempo depois e foi a vez de Azzi atravessar os mares. Ela e sua família fugiram da guerra que se aproximava. Deixaram para trás a vovó. Foram dias difíceis: Azzi precisou aprender outra língua, se adaptar à nova casa e ao novo país, a escola também era nova e os amigos diferentes. Dia após dia, ainda, Azzi acompanhava a preocupação dos pais com o dinheiro e a comida que, aos pouquinhos, foram sumindo. Mas tudo mudou, mais uma vez. Com a chegada da professora que compreendia a sua língua e o novo emprego do pai, compraram uma casa maior e trouxeram a vovó. Os diferentes do novo país foram se tornando amigos. Os rostos tristes e assustados, foram se tornando sorrisos.

P.S.: Prólogo: no antigo teatro grego, era a primeira parte da tragédia, o início de uma história na qual, sob a forma de diálogo entre personagens ou mesmo em um monólogo, se fazia a exposição do tema da tragédia que se apresentaria a seguir.



## I

*Cometas*

Tragédia. Combina com a história do menino, não é? Aylan Kurdi, esse é o nome dele. Aylan nasceu na Síria e tentava chegar à Grécia, quando morreu na Turquia, depois do bote em que estava com toda a sua família afundar. As ondas do mar em que perdeu a vida o levaram até a praia. De lá, o nome de Aylan ganhou o mundo. Nunca se sabe, exatamente, o que faz um nome ganhar o mundo...sorte, acaso, tragédia? A verdade é que Aylan foi menino branco e sua imagem fez estremecer uma suposta paz humanitária. Suposta. Paz. De alguns. Alguns, porque, acredite, a paz não é coisa de todo o lugar e nem de toda a gente: “A paz nunca vem aqui, no pedaço. Reparou? Fica lá. Está vendo? (...) A paz é muito branca. A paz é pálida. A paz precisa de sangue”<sup>3</sup>.

Os rastros da vida e da morte do menino, pelo menos aqueles que chegaram até nós pelas notícias veiculadas pelos jornais, pelas emissoras de televisão e pela internet, contam de pequenos e grandes choques com o poder. Neste caso, não foram rastros distribuídos ao acaso, ao contrário, foram calculados e distribuídos nas medidas que interessavam, não a alguém, mas aos fluxos e às forças que vêm produzindo as migrações internacionais como sinônimo de crise humanitária, dentro da qual Aylan nasceu, migrou e morreu. Ao mesmo tempo, a história do menino foi contada como apelo à abertura e ao fechamento de fronteiras, porque os efeitos do encontro com o poder, apesar de todo o controle, de todas as medidas e de todos os cálculos, não são determináveis. Talvez, se ele tivesse sido engolido pelo mar, como outras crianças e outros adultos, jamais o conheceríamos, mas quando o seu corpo na praia virou foto, notícia e tema de debates internacionais, ele pôde aparecer.

E segue aparecendo, também, pelos encontros com poder: às vezes, como nova notícia, se transforma em comoção, indignação e protesto, outras vezes, como pesquisa, pode virar dissertação. Nesses espaços de encontro (com o poder) o menino reexiste e resiste, por seus rastros: “todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros – breves, incisivos, com frequência enigmáticos – a partir do momento de seu contato instantâneo com o poder” (Michel FOUCAULT, 2003, p. 206). E como é impossível reencontrar e

---

<sup>3</sup> DA PAZ, de Marcelino Freire por Naruta Costa. Vídeo. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/da-paz-de-marcelino-freire-por-naruna-costa/>. Acesso em: 15 nov 2019.

contar a vida do menino, uma vez que só conheço partes de sua morte, reinvento-a nos encontros que o encontro com ele provocou. É assim com as vidas infames: “é, sem dúvida, para sempre impossível recuperá-las nelas próprias, tais como podiam ser “em estado livre”; só podemos balizá-las tomadas nas declamações, nas parcialidades táticas, nas mentiras imperativas supostas nos jogos de poder e nas relações com ele” (Ibidem).

Aylan deu nome e imagem à crise humanitária, que é migratória e é dos refugiados. A foto do menino morto na praia comoveu e fez questionar a forma como o tema das migrações e do refúgio vem sendo produzido. Provocou a abandonar uma cômoda neutralidade: portanto, me comoveu, me fez questionar, me fez pensar, me colocou em estado de pesquisa. Não porque esta história conte de mim ou dele: ela conta de nós e isso envolve, inclusive, você. Também não foi porque Aylan seja uma exceção, um caso raro. Ele poderia ter sido só mais um, já vamos conversar sobre como são muitos. Mas não foi. Aylan aconteceu. E acontecimentos escapam das explicações absolutas dos estados das coisas e se agitam em linguagem, de forma em que as circunstâncias do seu aparecimento e dos seus efeitos se confundem, preenchem e abrem vazios, desvios e intensidades (Gilles DELEUZE, 1997).

O acontecimento não se subordina à dimensão da linguagem, não se explica e nem se esgota. Acontecimentos reverberam, provocam, fazendo vibrar o pensamento, fazendo interrogar a atualidade. Portanto, trata-se, nesta história, de tomar Aylan como acontecimento. Mais. Tomar a atualidade como acontecimento, na intenção-interrogação de pensar sobre o que somos, a partir da ideia de que a crise humanitária, como prática discursiva, está inscrita nesses modos de produção, assumindo que “manter presente o acontecimento é impedi-lo de se dissipar na dispersão do tempo, no esquecimento, é guardá-lo no espírito como aquilo que deve ser pensado” (Irene de Arruda Ribeiro CARDOSO, 1995, p.58). Um acontecimento é uma virtualidade permanente.

“Todo o atual se envolve de uma névoa de imagens virtuais” (Gilles DELEUZE; Claire PARNET, 1998, p. 173). É nesse sentido que um acontecimento se constitui enquanto uma virtualidade permanente, no par atual-virtual que marca a sua condição de existência. Atual e virtual reagem um sobre o outro, em um processo mútuo e contínuo de transformações, de forma que, pelas camadas virtuais que um atual carrega, está sempre em processo de atualização e, assim, torna-se também virtualidade. Trata-se de uma relação de tempo: presente e passado, os “dois aspectos do tempo, imagem atual do presente que passa e a imagem virtual do passado que se conserva, se distinguem na

atualização, tendo, ao mesmo tempo, um limite inassinalável, mas se permutam na cristalização, até se tornarem indiscerníveis, cada um tomando emprestado o papel do outro” (Ibidem, p. 179). O virtual se atualiza segundo um processo de criação e de diferenciação, de maneira que a atualização de uma virtualidade é a produção de algo que já estava lá.

Por isso, acontecimentos não dizem de relações de causa e efeito, na medida em que o estabelecimento de causas jamais determina os efeitos possíveis. Michel Foucault (1984) dá destaque aos acontecimentos, ao mostrar que, para pensar como determinadas práticas se tornaram como são “é preciso isolar, no interior da história, um acontecimento que tenha valor de signo” (p. 4). Assim, o que torna o acontecido um acontecimento não é o seu tamanho, mas a maneira pela qual ele se torna espetáculo (tragédia), e afeta aqueles que o assistem e que se deixam arrastar por ele. Dessa forma, esta história se faz de uma narrativa de acontecimentos para pensar a crise humanitária na História, uma vez que “a inteligibilidade em história residiria, talvez, em algo que poderíamos chamar de constituição ou composição dos efeitos” (Michel FOUCAULT, 2008, p. 320).

Fomos arrastados por Aylan. Eu o conheci pelo jornal como “Garoto sírio se torna o rosto do drama dos refugiados”, em uma reportagem que contava que sua família se lançou ao mar “para se agarrar a uma chance de vida, mesmo que em destino desconhecido e numa travessia repleta de riscos”<sup>4</sup>. Era mais um caso de morte em busca de chances de vida, mais um caso de fuga em busca de um lugar para ficar. Quando o conheci, eu era bolsista de iniciação científica e acompanhava as edições semanais do jornal Zero Hora<sup>5</sup>, olhando para a forma como a noção de inclusão vinha sendo construída na mídia. O tema das migrações aparecia com força. Naquele período, carregava, também, a condição de migrante: estava em Portugal, Lisboa, em um intercâmbio para estudos. Eu o conheci por um jornal do sul do Brasil, mas Aylan estava bem perto.

Àquela altura, já havia compreendido que migrar não era coisa simples: envolvia documentos, dinheiro e um tanto de sorte. Quando desembarquei em terras portuguesas, me descobri brasileira, sul-americana, e fui entendendo que o sonho europeu e neoliberal não era, exatamente, acolhedor. Entendi que as fronteiras existem, as concretas e as

---

<sup>4</sup> Notícia. Garoto sírio se torna o rosto do drama dos refugiados. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/09/garoto-sirio-se-torna-o-rosto-do-drama-dos-refugiados-4840311.html>. Acesso em: 03 set 2015.

<sup>5</sup> Jornal com edições impressas e online, com expressiva circulação na região sul do Brasil.

simbólicas, e que o desejo colonizador ainda tem ecos. Mesmo assim, a minha travessia foi cheia de privilégios, em especial, pelo marco regulatório que me permitia circular naquele território: o visto de estudante.

Há uma série de arranjos forjados para viabilizar entradas, passagens, saídas e permanências. Afinal, é mesmo à maneira de Manoel de Barros que construímos o mundo “tudo o que eu não invento é falso” (2010, p. 345). Quando conta: “noventa por cento do que eu escrevo é invenção. Só dez por cento é mentira”, o poeta explica que entende a invenção como “uma coisa mais profunda...invenção é uma coisa que serve pra aumentar o mundo, sabe”<sup>6</sup>. Manoel era mesmo bom em achar possibilidades: se inventamos, sempre podemos reinventar de outros modos – o que não pode ser inventado de outro jeito, não existe.

\*\*\*

Para contextualizar os acontecimentos, tomados aqui como tema, vai ser preciso voltar a algumas invenções antigas, que são tão presentes em nosso dia a dia e tão marcantes na forma como nos constituímos enquanto sujeitos e como entendemos o mundo, que, não raro, as assimilamos como naturais.

\*\*\*

Em nossa potência inventiva criamos as fronteiras, “contornadoras territoriais do Estado-nação moderno” (Jones Dari GOETTERT, 2011, p. 57) – uma outra invenção de poder e controle, que se articula às noções de identidade e pertencimento. A emergência do Estado-nação é condição para a invenção das fronteiras e, conseqüentemente, para o que entendemos por migrações internacionais hoje. A demarcação de fronteiras garante o princípio dicotômico característico da modernidade, instituindo quem são os nacionais e quem são os estrangeiros; pela “disposição das fronteiras todo um espaço social é delimitado, geometrizado, temporalizado, historicizado, matematizado, espacializado,

---

<sup>6</sup> Manoel de Barros – Só dez por cento é mentira. Vídeo. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=VG4P\\_mWWAI0](https://www.youtube.com/watch?v=VG4P_mWWAI0). Acesso em 10 dez 2019.

geografizado, ordenado e organizado como condição para o exercício do poder de Estado” (Ibidem, p. 57).

Com a modernidade se estabelece uma nova forma de ser da razão de Estado. Para Michel Foucault (2008), que localiza a emergência da modernidade no século XVIII, em termos históricos e pelos acontecimentos que a inscrevem, o Estado foi se constituindo como espaço da razão governamental. O Estado surge como instância através da qual se governa segundo as necessidades, de forma a assumir uma função de inteligibilidade em relação ao real, que o torna, o Estado, necessário e o faz subordinado apenas a si mesmo. Foucault alertava que “através da razão de Estado está esboçado um mundo em que haverá necessariamente, fatalmente e para sempre uma pluralidade de Estados que terão sua lei e seu fim apenas em si mesmos” (p. 389).

Por sua vez, a ideia de nação foi se constituindo como um espaço de convergência para interesses políticos, econômicos, sociais e materiais entre o Estado e cada sujeito pertencente a determinada nacionalidade. Jones Dari Goettert (2011) destaca que há uma relação direta entre as fronteiras, o Estado e a Nação, uma vez que a “unidade nacional é, assim, “arredondada” em um espaço de dentro fazendo, com que tudo o que seja o fora ou de fora participe como contrastante e, por isso mesmo, como o outro do Estado, da Nação e do povo nacionais” (p. 58). É a partir daí que podemos compreender o plano de fundo dos arranjos regulatórios de circulação entre os Estados-nação, cujas fronteiras são a condição que tornam possível pensarmos em migrações internacionais – e que tornam algumas condições migratórias próximas ou muito distantes daquela que levou Aylan ao mar.

Arrisco-me com Letícia Aline Back (2019) a “tomar as fronteiras como produtoras de subjetividades” (p. 3), na medida em que ao passarmos a nos organizar sob a ideia de sermos de um ou outro país, assumimos como nossas ideias, ideais, cores e gestos relacionados ao que entendemos por pátria. A invenção da ideia de nação (Eric HOBSEWELL, 1990) produziu uma série de sentidos e efeitos de significação que reordenaram os territórios de forma a criar uma narrativa nacional, incluindo aspectos políticos e biográficos. As tentativas de estabelecimento de critérios objetivos e subjetivos sobre a existência de uma nacionalidade passaram por exercícios arbitrários de definição de critérios como a língua, o território e as etnias; ainda assim, todas as “definições são sujeitas à objeção de que definir uma nação pela consciência que têm seus membros de a ela pertencer é tautológica e fornece apenas um guia a *posteriori* sobre o que é uma nação”

(p. 17). O conceito de nação se fortalece junto a noção de soberania popular, a partir da nova razão de ser do Estado moderno, na medida em que a legitimidade dos Estados-nação envolve, sempre, alianças entre os governantes e o povo: nessa estrutura, em nome de uma autonomia nacional, o Estado se torna o instrumento responsável por nossa segurança, assumindo, inclusive, a regulação da liberdade individual.

Percebem como a história de Aylan vem sendo engendrada há muito tempo? Além disso ela é, entre tantas coisas, também, uma história de guerra. Michel Foucault (2005) afirma que “a guerra é a política continuada por outros meios” (p. 22), mostrando com isto, três coisas: a primeira, que a política é o que permite a manutenção da tensão de forças manifestada na guerra, perpetuando, assim, uma espécie de guerra silenciosa; a segunda, que os tensionamentos políticos, implicados a todo o tempo em jogos de força e relações de poder, poderiam ser interpretados como continuações da guerra; e a terceira, que a guerra está sempre em vias de acontecer, “a decisão final só pode vir da guerra, ou seja, de uma prova de força em que as armas, finalmente deverão ser juízes. O fim do político seria a derradeira batalha” (p. 23).

A guerra parece coisa necessária na forma como nos organizamos em sociedade, como se não soubéssemos fazer de outros modos. Na esteira disso, as guerras são legitimadas como formas de manter a paz e, inclusive, de garantir a segurança, especialmente, a econômica. A paz e a segurança de alguns, ainda que isso custe a vida de muitos. Talvez, em nossa lógica pretensamente adulta, isso faça sentido, mas Karim, à maneira das infâncias, diria “mais uma prova da brutalidade e da imbecilidade das guerras” (Marcia CAMARGOS; Carla CARUSO, 2015, p. 112) e ainda perguntaria – daquela forma que faz gelar a espinha – “Para quem os tempos são bons, e a quem o mundo pertence? (Ibidem, p. 131).

Talvez, pertença a concorrência que pouco a pouco esgota o mundo, Karim.

Karim também é menino sírio, e é um *refugiado* – nunca saberemos se era o que Aylan queria se tornar, no auge dos seus três anos. Você ainda lembra da Azzi? Eu também não a esqueci, já vou contar do nosso encontro. Mas, já adianto, não sei bem que nomes dar para a sua travessia, Azzi me contou sobre outras importâncias. Há muitas coisas que separam Aylan, Azzi e Karim, por exemplo, as formas como os conheci: enquanto Aylan foi como personagem principal de uma pequena matéria no jornal, Azzi

e Karim conheci como personagens principais de histórias de literatura infantil. Mas importa, mesmo, o que os une: as possibilidades de resistir, existir e reexistir.

\*\*\*

Samira estava curiosa. Como brasileira, descendente de imigrantes e, agora, amiga de Karim, achou importante fazer perguntas.

- Vô, qual a diferença entre imigrante e refugiado?

- Tá aí uma boa pergunta, Samira. – Pensou um pouco e continuou: - O imigrante pode sair de seu país por questões econômicas, sociais. Ou também, simplesmente, sair em busca de novas oportunidades em outro lugar por vários motivos. E pode voltar quando quiser para o seu país. O refugiado sempre sai por algo muito grave que o força a sair da sua terra. Raramente consegue voltar. Mas houve um tratado na Segunda Guerra Mundial, se não me engano, que define bem essa questão do refugiado. Eu vou procurar e te digo (Marcia CAMARGOS; Carla CARUSO, 2015, p. 141).

\*\*\*

Foi preciso falar das fronteiras, dos Estados-nação e da guerra para contar mais sobre esses nomes de quem é, ou busca ser, de muitos lugares. Carregamos conosco muitas guerras, algumas muito antigas e outras em curso nesse instante, nossa história vem sendo feita com muito sangue. Duas ficaram conhecidas como Guerras Mundiais. E foi depois da segunda que passamos a nomear e a regular, com maior intensidade e da forma como conhecemos hoje, quem sai, atravessa ou foge de fronteiras. Inclusive, criamos instituições de proteção, tutela e controle para estas pessoas. Por ora, precisamos conversar sobre duas que forneceram alguns dos dados desta pesquisa: a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Alto Comissariado da Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Sem nenhuma coincidência, ambas criadas em 1951, ambas criadas a partir da Organização da Nações Unidas (ONU) e logo após à Declaração Universal dos Direitos Humanos. Tudo isso diz do Aylan, da Azzi, do Karim, de mim e de você também, e é importante para a nossa história. Não é tudo, ou uma retomada histórica que se pretende completa. Possivelmente, faltem ainda coisas bem grandes e, também, muitos detalhes, pois “escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre

em via de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida” (Gilles DELEUZE, 1997, p. 11). Mas considero estes pontos importantes: pontos cartografados, pontos de atenção que tornaram possível habitar e, assim, contar e escrever histórias. Pontos que dão sentido e, nesse processo, se ligam a outros, e outros, e outros...pontos.

Ao fim da Primeira Guerra Mundial, os diplomatas dos países Aliados que redigiram os acordos de Paz que oficializaram o fim da guerra fundaram, em 1919, a Liga das Nações, na tentativa de estabelecer uma organização internacional que regulasse as ligações entre os países, e com o objetivo de “manter a paz, supervisionar o desarmamento, arbitrar as disputas entre as nações e garantir os direitos para as minorias nacionais, mulheres e crianças” (Lynn HUNT, 2009, p. 202). Entretanto, a Liga das Nações, naquele momento, não foi capaz de reunir esforços que a consolidassem como uma instância internacional com força para todos os países reconhecidos como grandes potências econômicas; voltou-se, dessa forma, mais para a Europa, com a justificativa de que os países mais desenvolvidos eram os europeus. Com isto, perdeu forças no diálogo com outros países e, na Europa, não conseguiu impedir a emergência do fascismo na Itália e do nazismo na Alemanha. Deste modo, a Liga das Nações, não foi capaz de impedir uma Segunda Guerra Mundial.

Esta Segunda Guerra Mundial estabeleceu um novo valor de referência para a barbárie e a violência humanas: o número de vítimas beirou a marca de 60 milhões de mortos. Diferente da Primeira, as grandes potências mundiais envolvidas na Segunda Guerra atacaram, também, civis, que se tornaram o maior número de mortos. Toda a destruição implicou em milhões de refugiados ao final da guerra, muitos vivendo em espaços que se tornaram campos de refugiados, por não poderem retornar aos seus países. Ao fim da Segunda Guerra Mundial, mais do que o número de mortos, a revelação sobre a escala de horrores dos crimes cometidos chocou o mundo. Os grandes julgamentos realizados após a guerra foram importantes, e não apenas para chamar a atenção para as atrocidades cometidas, mas porque “estabeleceram o precedente de que os governantes, os funcionários e o pessoal militar poderiam ser punidos por crimes "contra a humanidade"” (Lynn HUNT, 2009, p. 203). Era o valor disso que entendemos por humanidade que emergia.

Mesmo antes do fim da Segunda Guerra Mundial, a Liga das Nações realizou uma conferência para a reestruturação de uma nova organização internacional, as Nações



Unidas – tendo como base um Conselho de Segurança constituído por representantes das nações designadas como grandes potências mundiais, uma Assembleia Geral com delegados de todos os países-membros e um Secretariado chefiado por um secretário-geral. Há uma Carta das Nações Unidas, datada de 1945, e que estabelece princípios e normativas, tanto para a referida organização internacional, quanto para os países dela signatários. Ainda no preâmbulo, a Carta afirma que os povos das nações unidas preocupados e resolvidos em “preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra” (ONU, 1945, p. 3), irão praticar a tolerância, viver em paz e unir forças pela segurança internacional. Para tanto, dentre os princípios são descritas as necessidades de “desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos”, bem como buscar por “cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário” (Ibidem, p.5).

\*\*\*

A concorrência que se estabeleceu entre os territórios, com a nova racionalidade de governo do Estado-nação, parece ter atualizado as nossas formas de violência, de modo que foi preciso atualizar, também, estratégias de mantê-la em níveis aceitáveis e governáveis. Porque, ao que parece, nunca foi sobre erradicá-la. A violência se mostra como princípio estruturante daquilo que entendemos por civilização. Será possível reinventar?

\*\*\*

A Carta das Nações Unidas instituiu, ainda, uma Comissão dos Direitos Humanos, que tomou como primeira tarefa a organização de um documento que formalizasse o que os países membros e, de algum modo, todas as nações deveriam entender como direitos humanos. Foi pelo trabalho desta comissão que, em 1948, veio à público a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), um projeto que já vinha se colocando na ordem do discurso moderno e no jogo de forças que nos constitui enquanto sujeito de direitos há mais de um século, mas que apenas em 1948 conseguiu garantir um emprego político aos

direitos humanos e alargá-los, incluindo, ao menos formalmente, a todas as pessoas (cf. Lynn HUNT, 2009). Essa Declaração, em vigor até os dias atuais, traz artigos que tratam do direito à vida, à liberdade, à segurança e ao reconhecimento da personalidade jurídica *em todos os lugares* – grifos meus, para marcar que se pretendem válidos, também, para aqueles que atravessam as fronteiras. Recortando aquilo que mais interessa à esta história, o artigo 13º define que “1. Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado. 2. Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país”; e o artigo 14º indica que: “1. Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de se beneficiar de asilo em outros países” (ONU, 1948, s/p).

A partir do trabalho da ONU, em 1951, foi criada a Organização Internacional para as Migrações - OIM, apresentada como uma instituição que “dedica-se à promoção de uma migração humana e ordenada para o benefício de todas e todos, fornecendo assistência e assessoramento a governos e migrantes” (OIM, 2009). A partir da OIM, vamos entender que a *migração* é o movimento populacional que compreende qualquer deslocamento de pessoas; e a *migração internacional* é todo o movimento de pessoas que implica na transposição de fronteiras internacionais. São muitos nomes. Recentemente, a instituição criou um manual, um Glossário da Migração, com muitas páginas, nas quais procura definir as distinções entre os termos: há os *emigrantes*, aqueles que saem dos países de origem; há os *imigrantes*, aqueles que chegam aos países de destino; há os *asilados*, os *exilados*, os *apátridas*, ainda, *há o visto humanitário*, o *temporário*, o *permanente...* (OIM, 2009).

Há muitos.

Ainda em 1951, sob os então recentes efeitos da Segunda Guerra Mundial, aconteceu a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, através da qual a ONU afirmou “o desejo de que todos os Estados, reconhecendo o caráter social e humanitário do problema dos refugiados, façam tudo o que esteja ao seu alcance para evitar que esse problema se torne causa de tensão entre os Estados” (ONU, 1951, p. 1). Uma outra agência internacional, como mais um braço da ONU, foi criada, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - o ACNUR. A ideia inicial era a formação de um grupo de trabalho que auxiliasse refugiados europeus após a Segunda Guerra Mundial. Mas logo a proposta se expandiu e o ACNUR se tornou a principal organização internacional, no

que se refere ao trabalho com instituições que se propõe ao trabalho com a proteção de refugiados e das populações deslocadas por guerras, conflitos e perseguições ainda nos dias de hoje e em todo o mundo. Desde a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, houve outros espaços importantes no que se refere à produção dos refugiados, como o Protocolo de 1967 – Relativo ao Estatuto dos Refugiados, que ampliou o trabalho do ACNUR a outros continentes, e a Declaração de Cartágena de 1984, que atualizou para as situações ocorridas nas Américas o conceito jurídico de refugiado.

Com isto, os *refugiados* passaram a ser definidos como aqueles que necessitam de proteção internacional e que estão fora de seu país de origem devido a “fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados” (ACNUR, 2018, p.8). Para ser reconhecido como um refugiado, é necessário que cada pessoa faça uma solicitação de refúgio no país de destino e passe por um processo de investigações e averiguações das instituições de cada nação que podem, ou não, legitimar a solicitação. Assim, só há refugiados, de fato, após esse trâmite legal. O ACNUR, que se consolidou como uma das principais agências internacionais relacionada às pessoas em situação de refúgio, assessora o trabalho de cada país com os refugiados, com investimentos financeiros e, também, com a fiscalização das ações desenvolvidas para a proteção dos mesmos.

Ainda, em outros termos, o refugiado também pode ser reconhecido como aquele que se *re-fugia*, foge duas, ou muitas, vezes para um lugar seguro<sup>7</sup>. Dessa forma, as condições jurídicas de um imigrante são diferentes daquelas de um refugiado, no momento da chegada a um determinado território. Mas nos últimos anos essas diferenças vêm sofrendo um certo apagamento, em especial, pelos grandes fluxos migratórios registrados nos últimos dez anos...

Há muitos.

---

<sup>7</sup> Dicionario Etimológico: REFUGIO: La palabra refugio es cultismo procedente del latín refugium, palabra que significaba acción de huir hacia atrás y también lugar protegido al que uno se retiraba en retroceso, siendo utilizada alguna vez con el valor de salida secreta de una casa que permitía huir por allí en caso de necesidad. Este vocablo lleva un sufijo de nombres de efecto o resultado –ium, y como el correspondiente verbo refugere (huir en retroceso), se compone del prefijo re- (hacia atrás, de nuevo) y la raíz de fugere (huir). Disponível em: <http://etimologias.dechile.net/?refugio>. Acesso em: 03 dez 2018.

Muitos: o Inventário de Migração Internacional (ONU, 2019) indica que houve um aumento considerável da população de migrantes internacionais. Estamos falando de cerca de 272 milhões de pessoas, ou, 3,5% da população global. E de um aumento de 51 milhões de pessoas nessa condição somente de 2010 para cá. O documento mostra que foi a Europa que mais recebeu migrantes internacionais em 2019 (89 milhões), seguida da América do Norte (59 milhões), e do no norte da África e Ásia Ocidental (49 milhões). Em termos de idade, os dados mostram que 38 milhões de migrantes internacionais, cerca de 14% do total, tem menos de 20 anos, e este é o único dado oficial no qual cabem as crianças. A África subsaariana tem a maior proporção de jovens migrantes internacionais (27%), seguida pela América Latina e Caribe, Norte da África e Oeste da Ásia (cerca de 22% cada) – interessante para pensar nos destinos dos jovens que migram.

Entre os migrantes internacionais estão, também, as pessoas refugiadas e em busca de refúgio, que apenas em 2019 formaram um número de 13 milhões de pessoas, o que corresponde a quase um quarto do aumento do número de todos os migrantes internacionais. A estimativa do ACNUR é de que, ao todo, cerca de 70,8 milhões de pessoas foram forçadas a se deslocar pelo mundo, número que só aumenta desde 2012, das quais: 41,3 milhões se deslocaram internamente, ou seja, entre o próprio país; 25,9 milhões são pessoas reconhecidas pela proteção do refúgio; e 3,5 milhões são solicitantes de refúgio (UNHCR, 2019).

Todos estes números são dados baseados em estimativas oficiais dos países – o que significa que eles podem ser ainda maiores. Afinal, apesar dos nossos tantos dispositivos de controle, as pessoas ainda criam modos de rachar as fronteiras...

Há muitos.

Muitos migrantes internacionais, muitos refugiados, muitos dispositivos de controle e muitas invenções que os estremecem. Aylan é muitos. Mas são poucos os dados encontrados sobre as crianças migrantes, em especial, as bem pequenas (UNHCR, 2019). Sobre quantas estão em situação de refúgio ou deslocamento forçado, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) aponta para cerca de 30 milhões – o maior número

desde a Segunda Guerra Mundial<sup>8</sup>. No último relatório divulgado, o ACNUR afirmou que metade da população de refugiados no mundo é composta por crianças (UNHCR, 2019).

Quero chamar a atenção para a dificuldade com o uso dos termos e com a distinção entre eles nos dados divulgados pela OIM e pelo ACNUR em 2018 e 2019:

272 milhões de migrantes internacionais

38 milhões são crianças e jovens (até os 20 anos)

70,8 milhões de pessoas forçadas a se deslocar pelo mundo

das quais 25,9 milhões são refugiados

30 milhões são crianças

e correspondem à metade da população de refugiados

?

O tema é complexo.

Embora o próprio ACNUR (2018) alerte que “refugiados e migrantes são cada vez mais confundidos entre si e tratados com desconfiança, preconceito e intolerância” e que “como muitas situações atuais se referem ao contexto de fluxos mistos, é necessário garantir que pessoas refugiadas sejam devidamente identificadas e protegidas de acordo com os protocolos internacionais” (p.10), a forma como os dados são divulgados corroboram com a dificuldade em separar migrantes internacionais e refugiados nos últimos anos.

Arrisco-me, mais uma vez. Agora para contar que entendo que essa confusão tem a ver com a *crise humanitária*. Migrar ou buscar refúgio não são invenções recentes do nosso tempo, mas a crise é. Não as crises – elas são uma noção moderna, que ganha destaque e espaço para o governo das populações: “crise é esse fenômeno de disparada circular que só pode ser controlada por um mecanismo superior, natural e superior, que vai freá-lo, ou por uma intervenção artificial” (Michel FOUCAULT, p. 81, 2008) – mas

---

<sup>8</sup> UNICEF. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/unicef-cerca-de-30-milhoes-de-criancas-deslocadas-por-conflitos-precisam-de-protecao/>. Acesso em: 15 nov 2018.

a crise humanitária, que é migratória e é dos refugiados. Foi a partir do aumento do número de migrantes internacionais e refugiados, que acontece de 2010 para cá em todo o mundo, que se passou a olhar para esta situação sob a ótica da crise humanitária, “uma crise sem precedentes” de acordo com a ONU<sup>9</sup>. Guerras civis no Oriente Médio, situações extremas, como a fome, em alguns lugares da África, acirramentos políticos na Europa, desastres ambientais, pobreza extrema e disputas (quase narcísicas) de forças entre governos e governantes na América, são apontados como pontos de emergência, simultâneos, da crise humanitária. Nesse contexto, ignoram-se como os efeitos de um discurso da globalização também podem estar reverberando na atual crise humanitária.

Nas migrações internacionais contemporâneas, nessas mais recentes e cheias de números expressivos, as situações de refúgio parecem ganhar acento. Aparecendo como o outro das migrações, os refugiados são tomados como os principais personagens da crise humanitária, tendo movimentado as agendas políticas das grandes potências mundiais com acordos, promessas e novas produções de fronteiras físicas e simbólicas. Nesse processo, pouco se considera sobre a condição jurídica do que significa ser um refugiado. As migrações internacionais atuais associadas, todas elas, às situações de refúgio, ganham contornos de crise humanitária. E se, em alguns momentos, celebramos as migrações, agora a tememos. Tememos porque “esses nômades – não por escolha, mas por veredicto de um destino cruel – nos lembram, de modo irritante, exasperante e aterrador, a (incurável?) vulnerabilidade da nossa própria posição (Zygmunt BAUMANN, 2017, p. 21). A crise humanitária, que é migratória e é dos refugiados, nos espreita.

Também são muitas as crises humanitárias. Está convencionado chamar por estado de crise humanitária uma situação de emergência, em que a vida de um grande número de pessoas se encontra ameaçada e na qual muitos recursos (quase sempre financeiros) são necessários. Os motivos compõem uma lista (de horrores), que parece sempre em vias de aumentar: privação de alimentação, falta de abrigo, riscos à saúde, à segurança e ao bem-estar; conflitos armados: guerras internacionais, guerras civis; epidemias; desastres naturais: terremotos, tsunamis, inundações (cf. Maria Vieiro LISBOA, 2001). Com os grandes fluxos dos últimos anos, algumas migrações

---

<sup>9</sup> ONU News. Disponível em: <https://news.un.org/pt/focus/migrantes-e-refugiados>. Acesso em 5 dez 2019.

internacionais e as situações de refúgio entraram na lista. É sempre importante marcar que são algumas migrações – alguns migrantes. Outros muitos (talvez nós, que compartilhamos esta história) poderiam fazer coro ao apelo de António Guterres<sup>10</sup> para dizer o seguinte: eu sou ou posso vir a ser um migrante, “mas ninguém espera que eu arrisque minha vida num barco avariado ou a cruzar um deserto num caminhão para encontrar trabalho fora do meu país”. Ninguém deveria arriscar a vida. Não esperamos arriscar as nossas, mas naturalizamos que aconteça com alguns – que são muitos. A migração segura se tornou (talvez sempre tenha sido) limitada às elites – uma equação simples: mais privilégios sociais e econômicos, mais segurança. O grande risco da crise humanitária é que, ao tomar aqueles que precisam fugir de seus países por conflitos e situações extremas de perseguição como personagens principais, ela pode tocar a todos, inclusive as elites.

\*\*\*

A fuga de países em conflitos demanda bastante dinheiro. As travessias são feitas pelo mar, pela terra e, mesmo, pelo ar. São superlotadas, sem o mínimo de segurança e são orientadas, muitas vezes, por traficantes de pessoas, por se tratarem de movimentos ilegais. Por isso, em muitos casos, quem consegue sair são aquelas pessoas que possuem condições financeiras privilegiadas.

“É muito perigoso porque não se sabe quem está controlando o caminho. Tem pontos controlados por militares, bandidos, pessoas do tráfico, de grupos armados. Há jovens que não têm dinheiro para pagar propina para essas pessoas no caminho; então eles morrem ou desaparecem<sup>11</sup>”.

\*\*\*

---

<sup>10</sup> ONU News. Disponível em: <https://news.un.org/pt/focus/migrantes-e-refugiados>. Acesso em: 5 dez 2019.

<sup>11</sup> ANÍSTIA INTERNACIONAL. Depoimentos. Disponível em: <https://anistia.org.br/na-siria-e-preciso-sempre-ter-coragem/>. Acesso em: 15 jul 2019.

A preocupação com a humanidade é antiga, o que é muito diferente de ser natural. A humanidade é uma ideia, um ideal, uma construção. É dobrável às normas, maleável e insurgente, tudo ao mesmo tempo. É o que tentamos tornar comum entre a espécie. Humanos. Humanidade. Humanitária. Invenções. Já foi tomada como mal inerente, que cede às paixões e corrompe os humanos. Depois foi salva pelas paixões, que passaram a ser boas e, se educadas, capazes aperfeiçoar a própria humanidade. A humanidade é paradoxal e auto evidente (cf. Lynn Hunt, 2009).

Nos últimos anos, a preocupação com a humanidade tem sido associada à preocupação com os migrantes, em especial, com os refugiados, sob o nome de crise humanitária. Larisa Bandeira (2018) alerta que a associação da palavra *crise* à palavra *refugiados* é bastante delicada, pois correte a responsabilidade do cenário dos grandes fluxos de migrações internacionais tanto aos seus personagens mais vulneráveis, os refugiados, quanto ao Estado – ambos incapazes de solucionar a crise: os primeiros, pelos poucos recursos de poder; o segundo, pelos interesses nos movimentos das relações de poder causadas pelas crise. “Alarmar e criar pânico nas populações dos países que recebem refugiados é parte do jogo de soberania do Estado, no qual em função do suposto perigo que os refugiados representam, eles podem ser excluídos ou impedidos de entrar a qualquer momento” (Ibidem, p. 26).

Aylan Kurdi virou estátua, um símbolo da crise da humanidade, da crise humanitária, da crise migratória, do drama dos refugiados<sup>12</sup>. A morte de Aylan se chocou com a minha vida. Fez-me procurar pelas crianças migrantes... Pouco encontrei sobre elas: alguns grandes números desconstruídos, algumas pequenas notícias que já foram referenciadas aqui. Será que os nossos mecanismos de controle falharam ou o ‘não saber’ é apenas mais um deles? Será que somos capazes de tornar o Aylan invisível, de conviver com ele todos os dias e *deixar* que ele se afogue de novo e de novo e de novo?

“INSUPORTÁVEL: O sentimento de um acúmulo de sofrimentos amorosos explode neste grito: ‘Isso não pode continuar’” (Roland BARTHES, 1977, p. 132). A paciência amorosa se esvai e dá lugar à agressividade, é assim que, às vezes, pensar em Aylan é da ordem do insuportável. Por isso, o esqueci por um tempo, fui estudar as migrações a partir de outras durezas: leis, mídia, números... Mas não é por acaso que o

---

<sup>12</sup> NOTÍCIA. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/papa-inaugura-estatueta-do-menino-sirio-simbolo-da-crise-migratoria-21952662>. Acesso em: 10 nov 2018.



tomo como acontecimento, “constatar o insuportável: esse grito serve para alguma coisa: ao me significar que é preciso sair disso, de qualquer maneira” (Ibidem). Aylan, em sua virtualidade e estado intensivo, retornou a partir do encontro com Azzi. Encontro que redefiniu e levou até as crianças migrantes o pouso da atenção desta pesquisa, e tornou possível resistir: “quando passa a exaltação, fico reduzido à mais simples filosofia: a da resistência (dimensão natural dos verdadeiros cansaços). Suporto sem me acomodar, persisto sem me endurecer: sempre perturbado, nunca desencorajado” (p. 133).

Tornou-se necessidade saber das crianças migrantes. É sempre por necessidade que se escreve. Necessidade que diz da “escrita como um pequeno, íntimo e diariamente renovado compromisso de vida; o escritor como um lutador que estuda (e, portanto: indaga) o adversário: não antes e nem depois, mas durante a luta” (Luciano Bedin da COSTA; Cristiano Bedin da COSTA, 2019, p. 173). Para tanto, fiz algumas escolhas para a escrita: vou chamá-las como crianças migrantes, compreendendo os muitos movimentos humanos que cabem sob a ideia de migração e que algumas das crianças podem estar sob condições jurídicas específicas, entretanto, tais distinções, embora muito importantes, neste momento, não constituem o foco desta pesquisa; vou contar das histórias que se enlaçam à crise humanitária que se refere às migrações, isto é, que acontecem de 2010 para cá, cujo encontro foi possível tanto pela literatura infantil, quanto pelas crianças; e, finalmente, vou procurar tecer com elas modos de pensar a crise humanitária a partir da infância.

Encontrei-as – as crianças migrantes – primeiro na literatura. Na literatura infantil. Foi assim o meu encontro com Azzi: uma menina que viu sua vida ser mudada pela guerra. Azzi fugiu com os seus pais – fazia frio naquela noite, por sorte a avó lembrou de a vestir com o casaco. Um trecho da travessia foi de carro, e um bem maior em bote que cruzou o mar. Azzi escondeu com ela alguns feijões trazidos de casa, e eles foram muito importantes para que o lugar de destino se tornasse casa também, afinal: “Vida nova, feijões novos”! (Sarah GARLAND, 2012, p. 38). Foi o encontro com Azzi que tornou possível pensar em Aylan e nas crianças migrantes de novo e de outros modos.

Um encontro alegre. Aliás, é com/por encontros alegres que escrevo. Nas leituras de Gilles Deleuze sobre Baruch Espinosa (2002) passei a olhar com cuidado para a potência dos encontros. Os corpos (que podem ser todo o tipo: humanos, não humanos, institucionais, linguísticos...) compõem relações em que são afetados mutuamente. Um

encontro é o choque entre dois corpos diferentes, entre corpos afetantes, que saem sempre outros pelas afecções que refletem ou os afectos que absorvem quando se chocam. Não são instantâneos, os efeitos se dão no movimento, na potência de agir que o encontro produz. Nos encontros, sempre ao acaso, certos corpos, que convêm com os nossos, nos dão alegria: um encontro alegre, um bom encontro, é aquele que aumenta a nossa potência de agir, enquanto um encontro triste, um mal encontro, é aquele que decompõe e diminui a nossa potência de ação.

Um encontro não implica em uma questão de soma, um encontro compõe. O encontro é composição, “quando um corpo encontra outro corpo, uma ideia outra ideia, tanto acontece que as duas relações se compõem para formar um todo mais potente” (Gilles DELEUZE, 2002, p. 25). Para encontrar as crianças migrantes, num primeiro momento recorri ao encontro entre Aylan e Azzi, um menino real e uma menina real-personagem literário.

Você pode estar se perguntado se Azzy existe. Sim! Existe. Só não existe “o que não traça nem cria. Um modo de existência é bom ou mau, nobre ou vulgar, cheio ou vazio, independente do Bem e do Mal e de todo valor transcendente: não há nunca outro critério senão o teor da existência, a intensificação da vida” (Gilles DELEUZE, Félix GUATTARI, 1993, p. 98). Azzi existe. Resiste. Reinventa. Quando o pai apresenta a nova casa, um pequeno sobrado com quintal, ela olha para as possibilidades que acompanham os novos começos: “Tem espaço para eu pular corda com a Lucy! – disse Azzi, e pensou: Meu novo lar nunca vai ser igual ao antigo, mas está ficando cada vez melhor” (Sarah GARLAND, 2012, p. 34). A arte existe para que seja possível suportar a vida.

Ao buscar as crianças migrantes, encontrei, em Aylan e Azzi, a infância. E passei a operar com ela. Pensar a infância é operar com/por um deslocamento das questões. Se, ao procurar as crianças, pouco encontrei sobre elas nos dados oficiais, entendi que era preciso e possível escrever com elas outras histórias da crise humanitária. Olhar para a crise humanitária com/por outros modos. Com/por. Com & Por. Compor. Uma composição com histórias reais, sem que o critério esteja na “verdade” que carregam, mas na ordem do Notável, do Interessante ou do Importante (cf. Deleuze e Guattari, 1993).

Portanto, me proponho a compor modos de compreender a crise humanitária, que é migratória e é dos refugiados, a partir da experiência da infância. Infância enquanto possibilidade, que se refere a ordem dos começos: daqueles que cabem na morte de Aylan,

na vida de Azzy, nas existências que chegam, naquelas que partem, resistem e se transformam. Muito além de “uma mera fase de desenvolvimento, o infantil ressurgente enquanto acontecimento de abertura ao inaudito e ao impensável, experiência capaz de inaugurar outros circuitos de relação com o mundo e com o(s) outro(s)” (Luciano Bedin da COSTA; Joelma de Vargas BORGES; Rita de Cássia Nunes AZZOLIN, 2018, p. 365). Não se trata, portanto, de tomar as crianças e as infâncias como sinônimos, mas de estar atenta ao que surge deste encontro.

A Educação, afinal, não assume apenas o papel político de receber e instruir os recém-chegados a ingressar em um mundo novo, mas o de encorajar que um novo mundo, uma nova ordem, é possível pela educação das crianças – muito embora cada geração se transforme, a todo o tempo, em algo antigo, pois “do ponto de vista dos mais novos, o que quer que o mundo adulto possa propor de novo é necessariamente mais velho do que eles mesmos” (Hannah ARENDT, 1979, 226). A aposta, aqui, portanto, foi na educação como virtualidade, que assume a infância como possibilidade, como forma de impedir a ruína do mundo, de intervir, alterar e criar o novo. A educação é o ponto no qual decidimos se amamos o mundo e as crianças o bastante para não “abandoná-las a seus próprios recursos e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós” (Ibidem, 247).

Para tanto, uma composição:

crise humanitária

migrações internacionais

refugiados

crianças migrantes

literatura infantil

infância

Múltiplos irreduzíveis. Invenções. Em letras minúsculas, porque assumidamente não se comprometem com verdades universais. Não dizem tudo aquilo que poderia ser

dito sobre a crise humanitária, as migrações internacionais, os refugiados, as crianças migrantes, a literatura infantil e a infância. Assumem um uso menor da língua. *Menor* à maneira de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997) que, ao escreverem sobre literatura definem que “uma literatura menor não é a de uma língua menor, mas antes a que uma minoria faz em língua maior” (p. 25). Uma literatura menor é aquela capaz de subverter a língua e torná-la veículo de desagregação de si mesma, abrindo múltiplas possibilidades de encontro. Nesse caso, o conceito *menor* é subvertido e se mostra como um exercício potente: minorar frente as exigências da ordem estabelecida, frente às palavras de ordem das organizações, das leis, dos Estados-nação. Para minorar é preciso “escrever como um cão que faz seu buraco, um rato que faz sua toca. E, para isso, encontrar seus próprios pontos de subdesenvolvimento, seu próprio patoá, seu próprio terceiro mundo, seu próprio deserto” (p. 28-29).

Múltiplos irreduzíveis em um plano de composição arquitetado pela pesquisa, pelos encontros. Para esta pesquisa, estes encontros, esta escrita. Portanto, em letras minúsculas pela potência menor. Defendendo que “devemos ser bilíngues mesmo em uma única língua, devemos ter uma língua menor no interior de nossa língua, devemos fazer de nossa própria língua um uso menor” (Gilles DELEUZE, Claire PARNET, 1998, p. 12). Menores que traçam, na e pela língua, linhas de fuga para enfrentar os dualismos da linguagem, aqueles que insistem em binarismos, em verdades ou mentiras, naturais ou artificiais, reais ou ficcionais, em um movimento que faz “lutar contra a linguagem, inventar a gagueira, não para alcançar uma pseudo-realidade pré-linguística, e sim para traçar uma linha vocal ou escrita que fará a linguagem passar entre esses dualismos, e que definirá um uso menor da língua, uma variação” (Ibidem, 1998, p. 44).

Há muitos *maiores* nas discussões sobre as migrações: dados estatísticos, agências internacionais, políticas de regulação e controle. São construções já instituídas. E são muito importantes, com toda a certeza. Mas há mais. Há, também, os menores das migrações, e não me refiro a uma questão de número, mas àqueles que minoram as migrações e a crise humanitária e, assim, as experienciam com outras intensidades. O que a educação tem a ver com isso? Talvez, ao assumir o menor, a educação possa ser máquina de resistência. Para Silvio Gallo (2003), “uma educação menor é um ato de revolta e de resistência. Revolta contra os fluxos instituídos, resistência às políticas impostas; sala de aula como trincheira, como a toca do rato, o buraco do cão” (p. 78). Quem sabe, ainda, com a educação, tomar a pesquisa como uma trincheira, uma toca e um buraco, nos quais

caibam os maiores e os menores das coisas, numa proposição de encontro entre instituídos e devires.

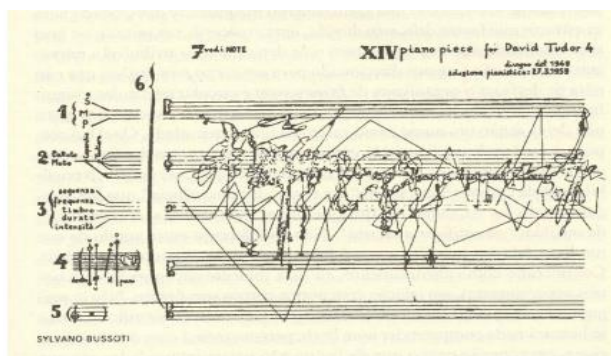
Quando menor, a educação não se compromete apenas com instruções aos que chegam, mas com a garantia de que os recém-chegados possam inscrever outros modos de existência. Quando menor, a educação se torna espaço de encontro, e não apenas com aqueles que há pouco chegaram ao mundo por serem crianças, mas com todos aqueles que, independente de uma idade cronológica, enxergam o mundo e as relações pela interrogação e pela invenção. Dentro das fronteiras dos Estados-nação, às vezes, os novos chegam pelas migrações, porque em muitas situações “o mundo em que são introduzidas as crianças, mesmo na América, é um mundo velho, isto é, um mundo pré-existente, construído pelos vivos e pelos mortos, e só é novo para os que acabaram de penetrar nele pela imigração” (Hannah ARENDT, 1979, p. 226). Não se trata, com isto, de abandonar tudo o que já foi feito, ou de assumir uma ditadura de opiniões levianas e superficiais, em nome do novo. Quando fala dos começos, Hannah Arendt também aponta para a importância de manutenção das relações, “exatamente em benefício daquilo que é novo e revolucionário em cada criança é que a educação precisa ser conservadora” (p. 243). A fim de evitar mal entendidos, ela destaca que pensa o conservadorismo no sentido de conservação, e explica que a educação “deve preservar essa novidade e introduzi-la como algo novo em um mundo velho, que, por mais revolucionário que possa ser em suas ações, é sempre, do ponto de vista da geração seguinte, obsoleto e rente à destruição” (p. 243).

Quando menor a educação é processo, é acontecimento, é atual e virtual, é devir. O devir, que vem compondo esta escrita desde seus começos, é aquilo que “nunca se faz na direção do instituído (...). A direção do devir é sempre a da minoria, não em sentido numérico, mas em sentido do não instituído, daquilo que escapa, que foge ao cânone” (Sílvio GALLO, 2012, p. 23). Quando menor, há possibilidades de pensar a educação, também, em suas linhas de fuga: “uma educação que não está em algum lugar, que não é alguma coisa, mas que se multiplica na conjunção ‘e’: na sala de aula e na mídia e na família e no trabalho e nas políticas públicas e... Uma educação que está em todo lugar e da qual nos nutrimos permanentemente” (Betina HILLESHEIM, 2015, p. 791).

Isto me possibilitou pensar em outros contornos para a crise humanitária, as migrações internacionais, os refugiados, as crianças migrantes, a literatura infantil e a infância, tomando-as enquanto pontos de um rizoma, que não sabemos onde começa ou onde termina. Uma composição de narrativas que emergem na História, nas histórias, nos

contos, nas legislações – nos acontecimentos, marcados nos intensos, nas velocidades e nos movimentos (sempre infinitos). Narrativas de acontecimentos que vivem, insistem, têm velocidade, intensidade e potência, tomadas em composição como pontos rizomáticos: de conexão e multiplicação, que não buscam esgotar a língua e que estão sempre no meio. O rizoma não é uma coisa ou outra, ele opera com a conjunção e... e... e... (cf. Gilles DELEUZE; Félix GUATTARI, 1995):

e...



(Rizoma. DELEUZE & GUATTARI, 1995).

e...



(Imagens do GOOGLE. Pesquisa por “Fluxos Migratórios”)<sup>13</sup>.

<sup>13</sup> Disponível em:

[https://www.google.com.br/search?q=fluxos+migrat%C3%B3rios&rlz=1C1GCEA\\_enBR799BR799&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjD\\_8OFilvfAhXFGJAKHSghDZIQ\\_AUIDygC&biw=1137&bih=554#imgrc=EHk2vo\\_0Hse29M:](https://www.google.com.br/search?q=fluxos+migrat%C3%B3rios&rlz=1C1GCEA_enBR799BR799&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjD_8OFilvfAhXFGJAKHSghDZIQ_AUIDygC&biw=1137&bih=554#imgrc=EHk2vo_0Hse29M:). Acesso em: 03 dez 2018.

e...



(A Viagem. Francesca Sanna, 2016)

e...



...

Muitos encontros aconteceram depois do que eu contava, com Aylan e Azzi. Encontros com outros livros e, também, com pessoas, com inspirações. Foi a partir do exame de qualificação que outro ponto ganhou cor no desenho desta pesquisa: a realização de oficinas de literatura infantil com crianças migrantes. Crianças há pouco chegadas ao sul do Brasil, que, a partir da literatura, compartilharam as suas próprias histórias, as suas próprias formas de inaugurar o mundo. Assim, o que você encontra aqui é uma composição com as histórias encontradas em livros de literatura infantil e com as histórias dos encontros com as crianças migrantes. Com cometas.

\*\*\*

Você sabe de onde vieram os cometas?

Emanuel não sabia. O ex-professor, agora vizinho no campo de refugiados, Omar, explicou:

“Na formação dos sistemas planetários, matérias que faziam parte dos sóis se espalharam pelo universo depois de grandes explosões, porque nas estrelas acontecem explosões o tempo, sabia disso?”

Não. Mas Emanuel logo entendeu: “então o cometa é um sol que não deu certo”.

Omar aplaudiu e completou: “E cada um de nós é um cometa, ou seja, um sol que não deu certo, como você mesmo disse. Mas aí é que está: não demos certo naquela galáxia, da qual fomos expulsos por causa de uma explosão, concorda comigo? (...) Porém isso não quer dizer que não daremos certo em nenhuma outra. Estamos vagando, estamos em trânsito, meu bom Emanuel. Encontraremos nosso lugar, o lugar em que daremos certo. O que me diz?”.

Emanuel pensou alto: “É uma mensagem de esperança”.

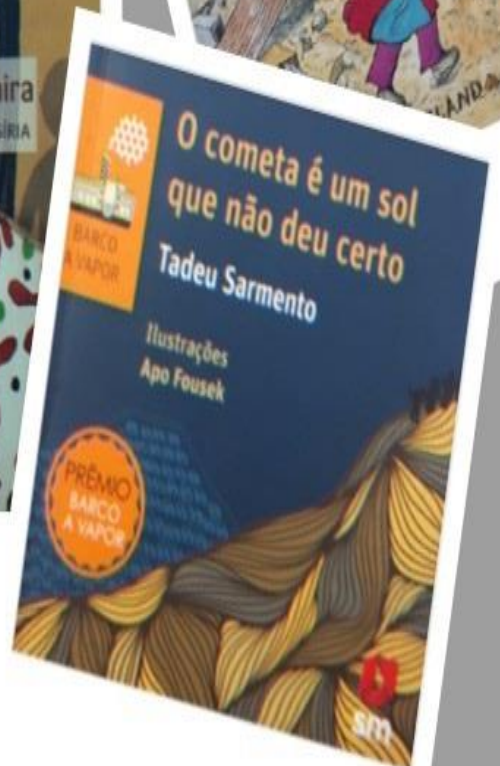
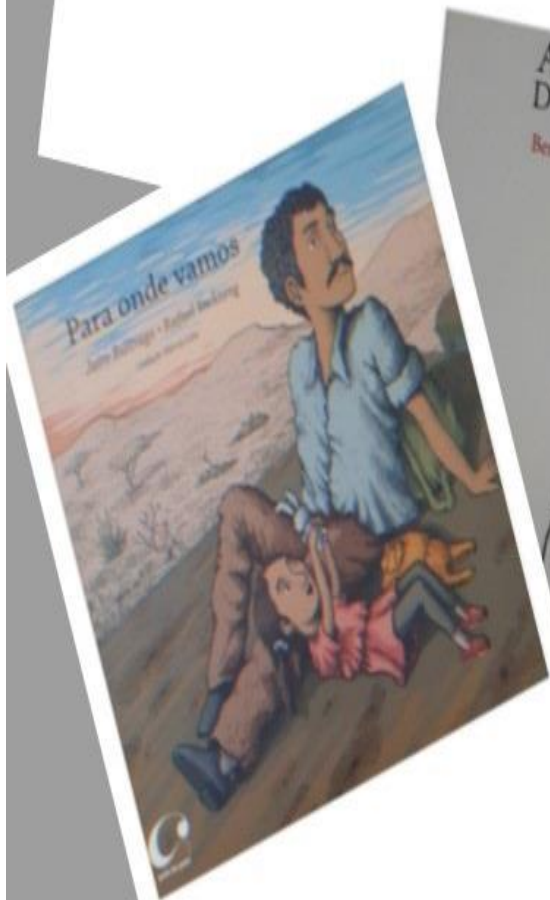
Omar concordava, e foi além: “precisa contar isso para elas”.

O bom menino, sozinho, completou “para as crianças...para que não se repita com as crianças” (Tadeu SARMENTO, 2017, p. 76-77-78).



Você já viu um cometa?

Ouvi dizer que ver um cometa é sempre um acontecimento. Impactante. Quem diria que eles são um sol que não deu certo. Parece que não se tornar sol é a potência dos cometas. É, quem sabe, não aceitar um destino profético. Porque inventar sempre pode aumentar o mundo, lembra?



*Para interrogar o mundo*

Esperança é uma palavra curiosa.

É estado contínuo: de esperar, de estar esperando, estar em esperança.

Significa confiar em algo positivo<sup>14</sup>. E, por isso, pode contar da esperança de voltar para casa. Ou, ainda, da esperança de chegar a um lugar seguro.

\*\*\*

Dia destes conheci alguém que, de um banco com vistas ao mar, contava a sua história a um menino:

Morei em muitas cidades, em muitos países, aprendi muitas línguas e pratiquei muitos ofícios. Você se cansaria de ouvir todas as coisas que fiz ao longo desses anos e todas as minhas viagens pelo mundo. Fui marinheiro, soldado, explorador, mineiro, operário têxtil, desenhista, bailarino, chofer de táxi, maquinista de trem, domador de elefantes num circo, mecânico de transatlântico. E mil coisas mais. Dei a volta ao mundo várias vezes e morei em dezenas de países. Mas sabe qual é a minha preocupação há muitos anos? (...) Passar muitas horas por dia olhando para o mar, como você me viu da varanda da sua casa. Para ver se o barco das crianças torna a aparecer e me permitem voltar para ficar com os meus companheiros (Mario Vargas LLOSA, 2016, p. 90).

Ele esperava voltar. E, em sua esperança, contava histórias.

~ ~ ~

Noutro dia conheci duas crianças, que depois de perderem o pai para a guerra, fugiram com a mãe em busca de um lugar seguro. Elas contaram como contar histórias durante as travessias, ajudava na espera:

---

<sup>14</sup> Etimologia da palavra esperança. Disponível em: <https://www.gramatica.net.br/origem-das-palavras/etimologia-de-esperanca/>. Acesso em: 10 jan 2019.

Embarcamos em um bote cheio de gente! Era muito apertado e chovia todos os dias, mas contávamos histórias uns aos outros. Contos sobre terríveis e perigosos monstros que se escondiam no fundo do mar, prontos para nos devorar se o bote virasse! O barquinho chacoalhava bastante à medida que as ondas cresciam mais e mais. Parecia que o mar não tinha fim. Contávamos novas histórias. Histórias sobre a terra que nos esperava, onde havia imensas florestas verdejantes, cheias de fadas gentis que dançavam e nos brindavam com palavras mágicas para acabar com a guerra. Então o sol nasceu e avistamos a terra pela primeira vez em dias (Francesca Sanna, 2016, s/p).

Elas esperavam chegar, sem saber muito bem onde. Bastava um lugar seguro, com palavras mágicas e sem guerras, como aqueles das histórias encantadas. A história acaba com as crianças viajando, viajando, viajando...como se a busca pela terra que as esperava passasse pelo infinito. Mas elas confiavam.

\*\*\*

A esperança marca as trajetórias migrantes que encontrei. Não sei se é assim com todos. Essa coisa de ‘todos’ apaga muitos. Mas com aqueles que encontrei, sim. A esperança em algo. Não com um fim em si mesmo ou um objetivo definido, não se sabia se a espera era por ficar, por partir, por voltar ou chegar a um lugar específico. Passava pela constância do movimentar-se. Passava, sim, pela confiança: pelo *fiar* possibilidades de vida *com* histórias, pessoas e territórios.

~~~~~

*com linhas de literatura infantil*

Seja pelo barco das crianças ou por um lugar onde ficarão seguros, a esperança foi ponto comum nas histórias de migrantes que encontrei na literatura infantil. Literatura que se abre, aqui, como modo de interrogar o mundo, e não de conhecê-lo. Não há um mundo a ser descoberto, mas um mundo a ser construído, produzido, inventado. Se a forma de vida neoliberal – a pulsão mais recente sob a qual se organizam os Estado-nação e, portanto, nós mesmos – precisa da crise e da precariedade, a literatura se faz instrumento que presentifica a sutileza dos momentos, tomando para si a máxima de que todo o ato estético é político. Em alguma medida, a literatura é o que pode aproximar e

manter a diferença pela linguagem, pode organizar o mundo em narrativas, e pode, em seguida, fazer explodir os signos, criando um infinito de linhas de fuga – como os cometas. A literatura pode.

Zygmunt Bauman e Carlo Bordoni (2016) definem que as muitas crises do nosso tempo estão relacionadas à crise das estruturas basilares da própria modernidade, por isso, alertam para um estado de crise permanente que, para além de uma soma ou conjugação das crises, atua em variações da crise, por isso: “não há saída para a crise, nunca” (p. 80). Nessa perspectiva, especialmente a partir das ondas de terrorismo, como o atentado às Torres Gêmeas, em 2001, as crises multiplicam-se: crises econômicas, crises climáticas, crises do próprio Estado-nação, crises humanitárias. É preciso inventar e reinventar a vida, não fora, mas em meio à crise. Como a literatura que, pela linguagem, faz notar o avesso da língua. Isso porque a banalização do termo não deve justificar o não preocupar-se com ela. Na crise “não são só a política e a sobrevivência da comunidade que se encontram ameaçadas. A nossa intimidade interpessoal, e a satisfação e a realização que obtemos dela, também estão em perigo quando confrontadas com a pressão combinada de uma visão consumista do mundo e do ideal das ‘relações puras’” (p. 194). Ao dizer não aos desejos de ‘relações puras’, as migrações marcam a sua força e impõem pela presença, a diferença.

Em entrevista a Claude Parnet, conhecida como o Abecedário, Gilles Deleuze (1994) afirma que o que há de comum entre a filosofia e a literatura é que ambas testemunham a vida, no limite do suportável e do pensável, de forma que já não se pode mais voltar atrás. Apoiado em Michel Foucault, Deleuze aponta para uma oposição intransponível entre a linguística e a literatura, na medida em que a primeira postula a língua enquanto um sistema de equilíbrio, e a segunda, no exercício de escrever, percebe a língua enquanto um sistema em perpétuo desequilíbrio. Nesse sentido, para compreender o que é a literatura é preciso estar atento às suas nuances e à sua potência, tratando-a enquanto um movimento de arte complexo. É preciso “resistir à alternativa autoritária entre a teoria e o senso comum, entre tudo ou nada, porque a verdade está sempre no entrelugar” (Antoine COMPAGNON, 1999, p 28).

Júlia Kristeva (2017), ao falar sobre experiências de liberdade, define por literatura “àquilo que dá testemunho da experiência” (p. 65). Para ela, há uma espécie de parentesco entre o estrangeiro e o escritor, como aqueles que se reúnem numa experiência

de tradução comum e, sempre, singular. Assim, escrever seria a todo instante “estrangeirar-se a si mesmo e fazer-se continuamente passador deste ser estrangeiro reencontrado” (p.68). Para a autora, escrever, estrangeirar-se, testemunhar a experiência – são possibilidades da literatura, por meio da hospitalidade, enquanto a capacidade dos seres humanos em oferecer residência aos que não a tem, beirando o sinônimo de humanidade. Assim, ela define hospitalidade como um ethos humano, possível no ato e em literatura. A liberdade dos modelos culturais que se sustentam na diferença, é a garantia da sobrevivência da humanidade que se define pela hospitalidade, não enquanto uma forma de justaposição, que coloca um modelo em domínio sobre outro, mas uma hospitalidade que faz multiplicar modelos, lógicas e liberdades.

Mas também a literatura está vinculada ao nascimento dos Estados-nação burgueses, a partir do século XVII e XVIII, com a valorização dos ideais forjados na tradição capitalista, que estavam em ascensão e foram criando toda uma esfera de fronteiras, entre a família e a comunidade, entre as noções de privado e público e entre os espaços geográficos. Nesse processo, a literatura foi fundamental, assumindo a função de apresentar a língua dos territórios e o espírito das nações, que na emergência dos Estados-nação foram considerados elementos indispensáveis para a incorporação de uma identidade nacional (Antoine COMPAGNON, 1999).

Mais fronteiras. E assim como não são naturais as fronteiras dos Estados-nação, nem as concretas e nem as simbólicas, também as fronteiras entre as famílias e entre as pessoas não são naturais, assim como aquelas que separam adultos e crianças. Nem sempre houve distinções claras entre as crianças e os adultos, por muito tempo ambos compartilhavam as mesmas necessidades e obrigações. Foi com a constituição do modelo familiar burguês, que estreitou as relações entre o grupo familiar nuclear, separando-o da esfera pública, que a afeição entre pais e prole passou a ser possível e valorizada: a criação de vestimentas e de objetos específicos para as crianças - como a literatura - marcam, portanto, a emergência do sentimento de infância, vinculado às crianças, tal como o concebemos hoje (Philippe ARIÈS, 1990).

Quando passou a ser adjetivada pelo infantil, a literatura assumiu um projeto moderno e de caráter pedagógico. A busca e a adaptação de antigas histórias, transformadas em contos para as crianças, teve como objetivo a sedimentação dos valores capitalistas e burgueses. Os primeiros livros produzidos para as crianças datam do final do século XVII e ao longo do século XVIII, período no qual a noção de infância passou

a existir enquanto uma etapa diferente e especial da vida. Nessa perspectiva, a literatura adjetivada do infantil, carrega consigo objetivos pedagógicos bem marcados. Cecília Meireles (1984) afirma três aspectos da literatura infantil: o moral, o instrutivo e o recreativo, indicando a função que a literatura infantil assume em nossa sociedade. Essa nuance educacional se estabelece junto a noções preestabelecidas de que a literatura infantil deve apresentar uma narrativa linear, um desfecho feliz e uma linguagem facilitada. Nesses termos, a literatura infantil é impregnada pela função social de preparar os futuros cidadãos, garantindo que as crianças aprendam as lógicas adultas. O leitor em potencial, portanto, é a criança-aluno, movimentando a preocupação com a literatura infantil por parte dos governos, pais, professores e do mercado, evidenciando as estratégias de governo dos infantes pelo desenvolvimento da razão.

Mas há algo diferente e potente nesta literatura: a minoração pelo infantil. Ao propor um diálogo a partir dos campos da ciência e da literatura, tomando-os em um mesmo plano, Betina Hillesheim (2008) atenta para as delicadas e complexas relações entre a estética e a pedagogia, a partir da literatura infantil. Para isso, ela inscreve a literatura infantil como uma literatura menor, aquela da qual falavam Gilles Deleuze e Félix Guattari (1977), e a dimensiona como potência, afirmando que o que se passa entre a literatura e a pedagogia, no encontro com a infância, é o devir: “eis então uma literatura menor...Balbuciante...Uma literatura que busca costurar o estético e o pedagógico, sendo que neste movimento, constrói um *entre*. Uma literatura que busca uma aproximação com a fala infantil, repleta de indecisões, hiatos, novos usos para a língua” (p. 74. Grifos da autora).

Assim, a literatura infantil não se encerra em um projeto utilitarista: ao mesmo tempo em que não o nega, ela o transborda e o faz vibrar em outros modos de existências e resistências. É pedagógica mas, também, transgressora, não precisando ficar em um polo ou outro, interessando justamente o que se dá no *entre*: entre a literatura e o infantil entre o pedagógico e o estético, num uso estrangeiro da língua que rompe com as definições estanques e dominantes. Portanto, não se trata “de interrogar se a literatura infantil é essencialmente pedagógica ou pode ser inscrita no campo da estética: na medida em que se constitui um E, este não tem mais a mesma natureza que os elementos que o compõem ou se quer suas relações. Literatura e infantil: algo que se faz entre os dois” (Betina HILLESHEIM, 2008, p. 74).

Ao atingir o estatuto de arte literária, a literatura infantil consegue fazer estremecer sua função pedagógica e produzir outros modos de enlace entre o mundo infantil e o mundo adulto, possibilitando um mundo comum, produzindo modos outros de ser e estar – sempre em vias de se (re)fazer. Para Júlia Parreira Zuza Andrade (2014), a literatura não se compromete com as verdades universais, configurando-se como elemento indispensável ao pensamento ético, “capaz de sensibilizar e de oferecer aos seus leitores questionamentos ao vivenciar as experiências de outros” (p. 12).

Deste modo, tomar a literatura como modo possível de interrogar o mundo é uma escolha: metodológica, estética e política. Desde os anos 1960, há a emergência de questionamentos teórico-filosóficos, que minam as metanarrativas produzidas na primeira metade do século XX. No campo da Teoria Literária, esse movimento não foi diferente, “do formalismo russo ao rizoma de Gilles Deleuze e Félix Guattari, passando pelo domínio estruturalista, o século passado assistiu a um sinuoso processo de auge e declínio de alguns pressupostos conceituais para seguir rumo ao pós-estruturalismo” (Cristine Fickelscherer MATTOS, 2017 p. 61). Uma das principais características dessa forma de questionar e entender o mundo está atrelada à concepção de sujeito assumida pelo pensamento pós-estruturalista, cuja descentralidade e ambivalência se associam a ideia de um sujeito que perde o status de autonomia e autoria, passando a ser visto como produto de intrincadas relações de poder.

Com o pós-estruturalismo, entendo que a língua não é uma estrutura fechada, mas um sistema aberto e diferencial. Nessa perspectiva, o pós-estruturalismo separa o significante do significado, fazendo explodir a estrutura do signo; o significado passa a ser sempre suplementar e excedente, fica dependente, portanto, de significantes exteriores. É dessa maneira que o pós-estruturalismo combate a estrutura do binarismo, rompendo com a noção de metafísica da presença – que consiste na ideia de que uma determinada coisa existe em si mesma e de que o significado está na palavra, como uma origem à qual se tenta alcançar (Terry EAGLETON, 2003). Por isso, não se trata de buscar na literatura infantil a verdade sobre a crise humanitária, as migrações internacionais, as situações de refúgio, as crianças e as infâncias. Antes, penso em uma costura entre um e outro. No entre.

Para Cristine Fickelscherer Mattos (2017), a literatura se inscreve em uma complexa rede de significações. Com a emergência das discussões pós-estruturalistas no



campo da teoria literária, há uma inversão em relação a forma como os estudos são orientados; se antes o enfoque maior estava para as estruturas internas e a forma como elas determinavam os elementos externos, com o pós-estruturalismo há uma preocupação maior com o âmbito externo que atravessa e modifica a forma como os elementos internos se constituem. A linguagem, nessa perspectiva, já não é entendida enquanto uma origem, mas sim, como exterior a qualquer sujeito, definindo, portanto, posições de sujeito - que nada têm a ver com a noção de um sujeito substancial, centrado e produzido em si mesmo – que são possíveis em um determinado tempo e lugar. É a partir disto que tomo alguns livros de literatura infantil como produtos e produtores da crise humanitária, na medida em que eles contam histórias de migrações e refúgio no período em que os grandes fluxos de mobilidade têm movimentado discussões importantes em relação a forma como estamos produzindo a vida.

Nesses termos, o pós-estruturalismo combate o logocentrismo, enquanto concepção centrada no sentido da palavra, trabalhando com a ideia de que o texto e a escrita constituem emaranhados complexos. Michel Foucault (2008b) indica que as narrativas constituem práticas discursivas importantes em nossas vidas, definindo por práticas discursivas “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (p. 133). Portanto, os livros e as narrativas não são interpretáveis por si só, eles carregam jogos discursivos que caracterizam as verdades da nossa época e sociedade, discursos que constituem os sujeitos e os levam a assimilar um texto como legítimo ou não.

Para tanto, assumo a escrita inspirada na crítica pós-estruturalista, que se afasta do projeto de resolver e tornar inteligíveis os fenômenos sociais e culturais, abrindo espaço para uma crítica em relação aos modos de produção do conhecimento, dos sujeitos e dos universais, problematizando construções totalizantes e pré-determinadas. No pós-estruturalismo as “estruturas dos sistemas de significação não existem independentemente do sujeito, como objetos do conhecimento, mas são estruturas para os sujeitos, que estão emaranhados nas forças que os produzem” (Jonathan CULLER, 1999, p.122). Foi isso que levou a propor o encontro entre a literatura infantil e os sujeitos dos quais ela conta, não para que um se submeta ao outro, mas para que, juntos, pudessemos produzir sentidos e histórias múltiplas para as migrações internacionais contemporâneas.

Michel Foucault (2016b) aponta para as formas pelas quais a experiência literária faz notar o avesso da língua: “a linguagem, não é verdade que ela se aplique às coisas para traduzi-las; as coisas é que são, pelo contrário, contidas e envolvidas na linguagem como um tesouro afogado e silencioso no tumulto do mar” (p. 57). As palavras criam, inventam o verdadeiro e o fantástico, em sua arbitrariedade. As palavras não têm necessidade de natureza, elas forjam os objetos, as sensações, os sujeitos, as histórias e, mesmo, tudo aquilo que parece tão anterior a própria linguagem.

Assim, há a linguagem, o sistema da língua, em primeiro lugar. Há, depois, a obra, que imobiliza a linguagem e constitui um espaço específico para ela própria. E, em um terceiro termo, há a literatura, pela qual passam as relações da linguagem com a obra e vice-versa. Dessa forma, a literatura não é feita daquilo que não deve ser dito, ao contrário, a literatura é feita de uma fábula: “de alguma coisa que deve e pode ser dita, mas essa fábula é dita numa linguagem que é ausência, que é assassinato, que é desdobramento, que é simulacro” (Michel FOUCAULT, 2016b, p. 81). Quando as narrativas dos livros de literatura infantil contam de crianças que viajam para sempre, talvez contem histórias próximas à de Aylan que, em sua morte, ganhou o mundo. Talvez. Pois também pode contar de outras coisas e de outras formas de ganhar o mundo.

Isso porque os livros e as narrativas não são interpretáveis por si só, eles carregam jogos discursivos que caracterizam as verdades da nossa época e sociedade, discursos que constituem os sujeitos e os levam a assimilar um texto como legítimo ou não. Nesse sentido, as narrativas são assumidas como processos estreitamente ligados tanto com a produção de nossas identidades, quanto com a produção da fluidez entre os sistemas identitários. Para Suyan Maria Ferreira Pires (2009), “são nas narrativas, entre outros processos, que variados poderes atuam para fixar as identidades dos grupos tanto privilegiados como desprivilegiados (p. 87). E são “também nas narrativas que esses grupos podem afirmar identidades diferentes daquelas descritas pelas narrativas hegemônicas” (Ibidem).

A literatura infantil se engaja ao regime de poder que incita, suscita, produz, faz falar e agir, entrelaçando as relações do discurso, da vida cotidiana e da verdade. Diferente do fantástico, que funciona entre o verdadeiro e o falso, a literatura assume a não-verdade, exercendo-se explicitamente como artifício, mas produzindo efeitos de verdade. Constituindo-se enquanto uma das estratégias do verdadeiro, na economia de poder, a literatura integra o sistema de incitação que coloca o cotidiano em discurso (Michel

FOUCAULT, 2003). Coloca as noções de crise humanitária, que é migratória e dos refugiados em discurso, mas também conta histórias que abrem possibilidades de resistência.

As obras literárias são feitas simplesmente com linguagem, a partir de um sistema de signos que são linguísticos e também sociais, econômicos, religiosos, etc. Deste modo, a literatura infantil faz parte de um grande sistema de controle, mas ao assumir o lugar de enunciar os não ditos, o obscuro e a não-verdade, a literatura infantil também ultrapassa limites, desloca códigos e arranjos, abre caminhos para a transgressão e a revolta. Assim, ainda que a literatura obedeça ao código em que está situada, em que foi produzida, ela compromete este mesmo código a todo o tempo. A literatura não se alia a estruturas fixas do signo – ao repetir, ela também transgride. Faz como Manoel, que transgride e inventa ao desinventar:

## II

Desinventar objetos. O pente, por exemplo. Dar ao pente funções de não pentear. Até que ele fique à disposição de ser uma begônia. Ou uma gravanha.

Usar algumas palavras que ainda não tenham idioma.

## III

Repetir repetir — até ficar diferente.

(Manoel de BARROS, 2010, p. 300).

Michel Foucault (2016b), em conferências sobre a literatura, elege duas figuras para uma análise literária, a da transgressão e a da repetição: “uma é a figura do interdito, da linguagem no limite, é a figura do escritor enclausurado; a outra, ao contrário, é o espaço dos livros que se acumulam, que encostam uns nos outros, cada um não tendo mais que a existência denteada que o recorta e o repete ao infinito no céu de todos os livros possíveis” (p. 86). Diante disso, duas possibilidades de análise emergem: a semiológica, que se agarra as estruturas significativas e significantes da obra, e uma outra, que fica atenta à espacialidade da literatura, definindo que: “a linguagem, no fim das contas, não era tempo, e sim espaço” (p. 123).

Assim, entendo a linguagem como espaço que opera no tempo: “só há signo significante com um significado por meio de leis de substituição, de combinação de elementos e, portanto, por meio de uma série de operações definidas sobre um conjunto – logo, num espaço (Michel FOUCAULT, 2016b, p. 124 e 125). A partir disso, não se trata, aqui, de buscar restituir o momento primeiro da criação, o momento de origem da obra que desvendaria todos os seus segredos e intenções. Mas compreender como se estabelecem os valores espaciais implicados em configurações culturais complexas, que tensionam os jogos de verdade e põem em circulação o discurso da crise humanitária.

A linguagem também é, nesse sentido, acontecimento, enquanto potência de vir a ser, de produzir sentidos novos e inesperados, que são, sempre, coletivos. Para pensar a linguagem enquanto acontecimento e condição de possibilidade para a emergência de práticas discursivas, Silvia Tedesco (2015a) propõe uma articulação entre os filósofos Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari, entendendo que com eles é possível analisar a linguagem ultrapassando do plano das frases enunciadas para o plano dos processos envolvidos na decisão sobre o que ser enunciado. Com isto, ela aponta para a constituição do poder produtor do discursivo, ou seja, daquilo que pode ou não ser dito em determinado tempo ou lugar, “a linguagem tratada como discurso, junção entre o linguístico e o extralinguístico, institui novas realidades a serem tratadas, novos objetos empíricos (p. 122).

A produção de discursos é “controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (Michel FOUCAULT, 2006, p. 9). Com isso, não se trata de dizer que algumas pessoas planejam e distribuem o discurso, mas, antes, que ele se constitui por forças engendradas nos jogos de verdade que emergem como possíveis. Discursos não são como um véu que cobre as verdades do mundo ou o espelho das formas como nos organizamos, pensamos e funcionamos em cultura. Os discursos existem. Existem em consistência, espessura, densidade, funcionamento, como um sistema de relações sociais que produz sujeitos e mundo.

Se antes me arrisquei a compreender as fronteiras como produtoras de subjetividades, foi por partir da ideia de que há uma “pluralidade de discursos como regularidades enunciativas que fazem os corpos comportarem-se como se eles

acreditassem, se vissem como sujeitos, dotados de funções e características constantes” (Silvia TEDESCO, 2015b, p. 186). Ainda assim, são discursos sempre em tensionamento, em vias de se tornar outros, pelo jogo de forças em movimento que os constitui e que, em diferentes momentos, dá acento a um ponto ou outro. É o que nos faz celebrar algumas migrações internacionais, em um momento, e entender outras, em outros momentos, como efeitos negativos de uma crise humanitária. Às vezes, as “regularidades subjetivas abandonam sua trajetória, até então traçada, para seguir por linhas de constituição inéditas, ainda desconhecidas” (Ibidem, p. 187).

A ambivalência entre as linhas que, a um só tempo, fecham e abrem fronteiras na escrita, é o que me permite conversar com Michel Foucault e Gilles Deleuze, as agências internacionais e Manoel de Barros, com a estatística e a poesia, com a ciência, com a mídia e a literatura infantil, também a um só tempo. Com os primeiros, ando por linhas de costuras apertadas, que engendram modos de ser e estar. Com os segundos, ando pelas linhas – nunca fora delas! – que desfiam e encontram outras que se soltaram criando, criando, criando...ao infinito... modos de ser e estar que se transformam a cada instante em que algo mais desfia, parte ou abre.

Mesmo nos discursos, há pontas de desterritorialização. Desejo. Modos-princípios virtuais, inventados e transitórios, que inauguram a todo o tempo modos outros de se relacionar com o mundo, que insurgem dos processos de subjetivação, que não são fixos ou determinantes, que se estabelecem numa relação de força do ser consigo, numa dobra da força. A dobra da relação de força sobre si mesmo “trata-se da constituição de modos de existência, ou da invenção de possibilidades de vida que também dizem respeito à morte, as nossas relações com a morte: não a existência como sujeito, mas como obra de arte” (Gilles DELEUZE, 1992). Modos de existência que não estão fora das relações de poder, mas que resistem.

\*\*\*

“- Professor, mas o próprio governo atacou os civis?

- Exato (...).

- Daí, fica quase impossível lutar, professor!

- Mas o povo resiste, Samira”

(Marcia CAMARGOS; Carla CARUSO, 2015, p. 101)

\*\*\*

Com a literatura infantil que conta histórias sobre migração e refúgio, encontrei com muitas narrativas migrantes.

Em uma delas, conheci a Samira, uma menina brasileira descendente de imigrantes árabes que, por correspondências via internet, tornou-se amiga de um menino sírio refugiado no Líbano, o Karim. Karim precisou sair de sua casa porque seus pais não concordavam com as ideias de um grupo de pessoas que assumiu o poder no país, e sentiam medo do que poderia acontecer com eles se permanecessem naquele território. Muito sagaz, durante uma aula de história, Samira deu-se conta de algo curioso “Cinquenta mil pessoas morreram assassinadas, em 2012, no Brasil. Mas como pode? Se na guerra da Síria<sup>15</sup>, o último número que vi e passei para a classe foram mais de 200 mil desde 2011. Então, o Brasil está em guerra e ninguém sabe?” (Marcia CAMARGOS; Carla CARUSO, 2015, p. 103). Ela e Karim descobriram, na sua troca de e-mails, uma forma de resistir.

Noutro livro, pelas palavras de Tadeu Sarmiento (2017), conheci o bom Emanuel, um menino que não se cansa de olhar para o céu e carrega o sol dentro dos olhos. O menino do cometa! Por sua insistência em colorir a vida, Emanuel fez toda a sua família ser expulsa do campo de refugiados, ao convidar todas as crianças para levantar pipas no topo do morro. Os líderes do campo não gostaram, pois as pipas poderiam indicar onde o grupo estava e eles poderiam sofrer com ataques e bombas. Mas Emanuel nem chorou. Se despediu das crianças do campo de refugiados mostrando-lhes um cometa. E agora segue no novo abrigo, na “espera pelos amigos do campo enquanto sonha com um mundo melhor do que este” (p. 113).

Conheci duas meninas que viajavam com seus pais em narrativas diferentes. De uma delas, só conheci a travessia: ela e o pai andaram a pé, em balsas, em trens e em

---

<sup>15</sup> A guerra civil na Síria acontece desde 2011 e é considerada um dos grandes desastres humanitários dos últimos anos. Foi responsável por cerca de 470 mil mortes, segundo o Observatório Sírio de Direitos Humanos, e levou mais de 11 milhões de pessoas a se tornarem-se refugiados.

carros, por estradas, rios e desertos. Mesmo que perguntasse, o pai nunca contou a ela para onde iriam. Certa vez, ficaram por um tempo em uma cidade para que o pai conseguisse algum dinheiro e, enquanto ele trabalhava, ela fez um amigo. Eles brincavam e contavam as nuvens. Quando foi seguir viagem, o amigo lhe deu de presente dois coelhos – que viraram novas companhias na longa jornada. Da outra, só soube como a chegada no lugar que procuravam foi difícil. Por um tempo, ela se sentia como se estivesse entre *bichos*: tudo e todos eram muito estranhos. Mas aos poucos ela se acostumou com o novo território e com as novas pessoas: com alguns, ela se descobriu bem parecida, outros seguiram sendo muito diferentes. É bem verdade que ela ainda tinha muitas saudades da antiga vida, mas construiu com o pai, a nova escola e os novos amigos um novo lar (cf. Jairo BUITRAGO, 2013/2016).

Ainda em outra história, dois irmãos viram sua vida mudar por causa da guerra. Eles partiram em fuga com a mãe e foram deixando as coisas pelo caminho: primeiro perderam a casa, depois o carro e, então, seus pertences. A travessia era tão longa, que não sei se eles chegaram ao lugar seguro que buscavam. Nas últimas páginas, uma das crianças contou “viajamos mais dias e mais noites, cruzando muitas fronteiras. Do trem, eu via os pássaros que pareciam nos seguir...Eram imigrantes como nós. E a viagem deles era tão longa quanto a nossa. Só que os pássaros podiam cruzar qualquer fronteira” (Francesca SANNA, 2016, s/p).

Conheci, também, um sujeito que, às vezes, era chamado por moço e, outras, por velhinho. Mario Vargas Llosa (2016) apenas contou que ele partiu em um barco das crianças, um barco que, durante a travessia, passou a ser invisível. Mas mais do que invisível, passou a ser casa para as crianças navegantes. Só que o moço, ou o velhinho, certo dia quis descer do barco e experimentar um mundo real. Teve muitas aventuras, morou em muitos lugares, trabalhou em muitas profissões e, agora, espera. Espera por poder voltar ao barco das crianças, para seguir percorrendo os mares do mundo e habitando a fantasia.

Conheci a Azzi, da qual já contei.

E com todas essas narrativas, entendi uma coisa: contar histórias, sejam elas tristes ou alegres, de terror ou de amor, sobre a vontade de chegar ou de voltar, é uma forma de contar e fazer vibrar os encontros com a vida. Vida que vibra na arte e pela arte. Arte que vibra na vida e pela vida. “Tornar-se criança pelo ato de escrever, ir em direção à infância

do mundo e restaurar essa infância. Eis as tarefas da literatura” (Gilles DELEUZE, 1994, s/p).

~~~~~

*costuradas em infâncias e cartografias*

Entre a literatura infantil, as migrações, as situações de refúgio e a crise humanitária, a infância me encontrou e se fez possibilidade de pesquisa. De escrita. Escrita de outros modos, de outras coisas. Em especial e com força, a infância que faz invenções de vida, que inaugura modos de ser, estar e se relacionar. A infância se fez possibilidade metodológica, operador conceitual, que junto à literatura se fez, também, possibilidade de interrogar o mundo (a exemplo de Samira, que interroga sem medo: como assim o próprio governo ataca os próprios civis?). A infância, que são muitas, mas que, aqui, se refere a esta possibilidade de pensar a crise humanitária, migratória e dos refugiados a partir de encontros e de seus efeitos. Infância como acontecimento que faz vibrar possibilidades de “desformar o mundo: tirar a natureza das naturalidades. Fazer cavalo verde, por exemplo” (Manoel de BARROS, 2010, p. 350).

Foi em meados do século XVII que a palavra infância assumiu o sentido moderno de se referir à criança pequena, como o faz atualmente. Philippe Ariès (1990), ao estudar a emergência da noção de infância, percebe que nas obras de arte daquele período pouco a pouco as crianças passaram a ser registradas com traços que as diferenciavam dos adultos, não mais apenas pelo tamanho. As crianças passaram a ser representadas com traços angelicais, associados a imagens de pureza e inocência. Foi também nesse período que uma obra retratou uma criança morta, talvez, pela primeira vez, constituindo-se como um marco importante do momento em que se passa a olhar para a criança como um ser com alma e, portanto, digno de ser recordado. Como Aylan.

No Brasil, a história social da infância está, de perto, relacionada às migrações. Com o processo de colonização, povoamento e escravidão, eram recrutadas pela coroa portuguesa as famílias com filhos pequenos e, ainda, pequenos órfãos e pequenos pobres que viajavam expostos a péssimas condições, submetidos a trabalhos desgastantes, punições e abusos (Roseane Mendes BERNARTT, 2009). Apenas mais tarde, ao final do século XIX e mais fortemente no século XX é que a ideia de infância enquanto uma etapa



especial da vida foi se constituindo no país, e foram postos em circulação discursos de proteção às crianças.

Nesse processo de emergência, as palavras criança e infância foram associadas como sinônimos e como reduto de pureza a ser preservado. A educação, por sua vez, foi chamada e posta como a responsável por evitar que a inocência e a pureza, associadas à infância, fossem corrompidas pelo mundo. Desta forma, a infância ganhou contornos de virtude, mas, ao mesmo tempo, de incapacidade, na medida em que foi, também, associada a duas ausências: ausência de razão e ausência de fala e, por isso, carente de ser governada. Entretanto, nessas mesmas ausências, a infância se faz plena de possibilidades, no sentido de inaugurar outros modos possíveis de se relacionar com o mundo. E é nesse deslocamento que a infância pode começar novas histórias: “o infantil tem agora a oportunidade de anunciar-se, de prometer-se, de recomeçar-se: como a humanidade outra do infantil, como o outro do infantil e do infantil como outro” (Sandra Mara CORAZZA, 2000, p. 359).

Nesse caso, a infância já não diz apenas das crianças, “infante é todo aquele que não fala tudo, não pensa tudo, não sabe tudo” (Walter KOHAN, 2011, p. 246). Foi pela experiência da infância na literatura que a escrita foi sendo costurada e desfiada. A etimologia da palavra infância se refere a ausência de fala, e foi nessa ausência de coisas prontas a serem ditas que foi possível escrever, afinal, sempre há o que aprender a falar. Quando reunidas, infância e experiência, se tornam situações provisórias e transitórias a serem estabelecidas, e abandonam as idades que as tentam definir. Não se trata mais, desta forma, de assumir a infância como uma fase provisória e transitória a ser abandonada por uma espécie de evolução em direção a algo supostamente melhor, o mundo adulto, mas de tomá-la em sua condição aberta. Há que se desdobrar e expandir a imagem da infância como fase da vida a ser abandonada: “a infância é a condição de ser afetado que nos acompanha a vida toda. O dito e o não dito, a falta de palavra, a ausência de voz (*in-fans*), nos afetos. É aquela singularidade silenciada que não pode ser assimilada pelo sistema” (p. 239).

Infância e experiência, portanto, juntas. E não como dois pontos extremos de uma linha. Não se trata de partir da infância, para superá-la via experiência. Antes, se trata de olhar para a experiência da/na infância que abre tantos começos e tantos pontos, que fica impossível reconhecer aquele que diz da partida e o que indica a chegada. Ainda como Walter Kohan (2011), é preciso assumir que a experiência não se faz em um plano

transcendental, “a experiência é a diferença entre o linguístico e o humano, entre o dado e o aprendido, entre o que temos e o que não temos ao nascer” (p. 242 e 243). A infância é condição da experiência.

Com isto, infância e experiência podem ser condições de rupturas, de criação e de transformação de sentidos. Uma brecha para assumir as discontinuidades e os deslocamentos. Portanto, uma imagem para a infância não se define em si mesma: circula como uma figura dos começos, e uma figura de alteridade, como escreve Jorge Larrosa (2000). De outro lado, uma imagem para a experiência não é a da quantidade e do acúmulo, mas a do afeto, a da sensibilidade e a da necessidade de experimentação com a vida, também como escreve Jorge Larrosa, mas em outro texto, “a experiência é ‘isso que me passa’ (...) supõe, em primeiro lugar, um acontecimento ou, dito de outro modo, o passar de algo que não sou eu” (2011, p. 5), mas supõe, também, algo que passe a mim, em mim (em você, nas crianças migrantes) enquanto espaço onde se dá a experiência, onde a experiência tem lugar. Dessa forma, a experiência diz da sensibilidade dos corpos e da necessidade de experimentação da vida. A experiência lembra a finitude, lembra o corpo e a sensibilidade (tato, audição, visão...a mortalidade), e lembra a vida, “sobretudo, a vida, que não é outra coisa que seu mesmo viver, a uma vida que não tem outra essência que a sua própria existência finita, corporal, de carne e osso” (p. 24).

Com Michel Foucault, entendo, ainda, que o conceito de experiência se relaciona aos jogos de verdade, as relações de poder e às formas de subjetividade às quais estes jogos dão lugar; a experiência, nesse sentido, é a “correlação, em uma cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade” (1984, p. 10). A experiência não cria um sujeito universal, mas uma singularidade em relação à forma do sujeito, torna possível a subjetividade, por “uma história que não seria aquela do que poderia haver de verdadeiro nos conhecimentos; mas uma análise dos ‘jogos de verdade’, dos jogos entre o verdadeiro e o falso, através dos quais o ser se constitui historicamente como experiência, isto é, como podendo e devendo ser pensado” (p. 13).

Christian Laval (2018) mostra que a partir de Michel Foucault, portanto, é possível operar com a experiência através de suas duas faces: uma, que é marcada pela experiência constituída e, assim, cristalizada nas instâncias de saber e poder que regulam e produzem subjetividades; a outra, que tem como marca a experiência transgressora, que é constituinte e confronta essas mesmas instâncias de saber e poder, engendrando possibilidades de enfrentamentos e transformações. Esta última, é uma experiência

alteradora e transformadora, é experiência do saber, do poder, da identidade e da diferença que permite: desnaturalizar aquilo que está posto na ordem do saber, que fixa pensamentos, objetos e sujeitos; engendrar formas de resistência, recusa e desobediência em relação ao que está posto a respeito dos poderes; e, em relação ao que somos, garante a experiência de si e a possibilidade de um voltar-se sobre si mesmo e à própria vida que pode passar pela transformação. Cada pessoa “nunca faz nada além de se inventar e de se produzir como subjetividade outra. E, em qualquer caso, a existência não é inteiramente aprisionada pelos saberes, pelos poderes, pelas normas de conduta, pelos modelos de vida. Práticas de liberdade são sempre possíveis” (p. 113).

Com isto, fui em busca da crise humanitária contemporânea, que é migratória e é dos refugiados, a partir da experiência da infância pelo encontro com a literatura e com as crianças. Fiz do meu encontro com a literatura infantil sobre migração e refúgio espaço de roubo e captura, duplo roubo e dupla captura, conforme Gilles Deleuze e Claire Parnet (1998): um “duplo roubo, a evolução a-paralela não se faz entre duas pessoas, ele se faz entre idéias, cada uma se desterritorializando na outra, segundo uma linha ou linhas que não estão nem em uma nem na outra” (p. 26). Tomei a literatura infantil pela infância que se fazia texto e a roubei, transformando-a em dispositivo de encontro, transformando-a em pesquisa – desterritorializando, no processo, tanto a própria pesquisa, quanto os livros de literatura infantil e, também, a crise humanitária. Passando pelo desejo infante de escrever e contar, não tudo, mas algumas coisas. Fragmentos de narrativas que não se esgotam, mas que se abrem, talvez, em contos, como aqueles que segundo Júlio Cortázar (1947), podem ser comparados analogicamente a uma fotografia, que é limitada pela abrangência da câmera e a escolha de manuseio do fotógrafo: “o fotógrafo ou o contista sentem necessidade de escolher e limitar uma imagem ou um acontecimento que sejam *significativos*, que não só valham por si mesmos, mas também sejam capazes de atuar no espectador ou no leitor como uma espécie de *abertura*” (p. 151, grifos do autor).

Para tanto, destaco a infância da/na literatura, como aquilo que suscita a criação, possível com/por um “infantil selvagem, o qual corre à revelia da própria noção hegemônica de infância, de uma infância selvagem do pensamento que faz burilar a linguagem, chacoalhando-a e, por vezes, revirando-a ao avesso” (Luciano Bedin da COSTA; Joelma de Vargas BORGES; Rita de Cássia Nunes AZZOLIN, 2018, p. 366). Infância que permite pensar e repensar as palavras que nos habitam.

\*\*\*

Como você pensa a expressão *crise humanitária*? E a palavra *migrante*? E *refugiado*? E *crianças migrantes e refugiadas*? Qual a imagem que você cria destas palavras? E como você passou a habitá-las desse modo?

\*\*\*

Entre tantos encontros, foi a atenção cartográfica que tornou possível compor. A cartografia é um método, criado por Gilles Deleuze e Félix Guattari, que acompanha processos de produção, não para descrevê-los, mas sobretudo, para compreender os movimentos e as transformações que compõem as situações em sua processualidade (Virgínia KASTRUP, 2015). Um método que se constrói caso a caso, por isso, sem regras fixas e determinantes. Não passou por uma escolha prévia, a cartografia encontrou a pesquisa no meio e a tornou possível, permitindo costurar a literatura infantil e a crise humanitária com os encontros com as crianças migrantes. A atenção é uma das pistas para o trabalho cartográfico, cujo “funcionamento não se identifica a atos de focalização para preparar a representação das formas de objetos, mas se faz através da detecção de signos e forças circulantes, ou seja, de pontas do processo em curso” (Ibidem, p. 15). Com a cartografia enquanto método, pude tomar a infância como estratégia metodológica, para pensar a crise humanitária com a literatura e com as crianças.

Não é que não tenha sido suficiente o encontro com a infância pela literatura infantil. Mas ele provocou a buscar outros encontros, desta vez, com a infância das crianças migrantes, que carregam consigo tantos começos: encontros com diferentes línguas, com as fronteiras, com os territórios, com cores, gestos, sabores...nem me atrevo a colocar um ponto final nas experiências. Não tenho, mesmo, a impressão, a necessidade ou a intenção de nesta escrita esgotar a língua, de produzir Respostas, Verdades, Pontos Fixos. Esgotar a língua é impossível, ela sempre flexiona, parte e produz outros. A língua é infinita. Penso que os movimentos dos encontros com as crianças migrantes também.

Desta busca surgiu a possibilidade de realizar Oficinas de literatura Infantil para/com crianças migrantes, em Porto Alegre – cidade que se fez espaço de hospitalidade e de encontro a partir de uma instituição que, via solidariedade, assessora migrantes e pessoas em situação de refúgio. A instituição é o Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH) da Associação do Voluntariado e da Solidariedade (AVESOL). A

AVESOL é uma entidade de assistência social, sem fins lucrativos, que foi fundada em 2002 por irmãos e leigos Maristas. O CRDH da AVESOL atua no estado do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre, por meio de assessoramentos e processos formativos que visam a promoção e a defesa dos Direitos Humanos. Nessa perspectiva, uma das frentes do CRDH tem sido o enfrentamento às possíveis situações de violação dos Direitos Humanos para a população de migrantes e refugiados. Foi junto a este espaço que a proposta das oficinas de literatura infantil pode acontecer, com anuência e apoio da instituição, que cedeu sua estrutura para os encontros.

A escolha por Porto Alegre foi marcada pelos arranjos que se fizeram possíveis, através de um período de atuação como psicóloga social em um Serviço de Acolhimento e Fortalecimento de Vínculos, em Santa Cruz do Sul, que tem vínculo institucional com a instituição porto-alegrense que vem trabalhando com migrantes há pouco chegados ao sul do país. Essa chegada recente era um ponto importante, pois indicava que essas pessoas vieram para o Brasil no período reconhecido pela crise humanitária. Além disso, num primeiro momento, a língua se fez outro ponto importante: a instituição vinha acompanhando muitos hispano-falantes, em sua maioria venezuelanos, e uma certa familiaridade com o idioma me deixava mais segura para propor o encontro.

Pretensa segurança que se fez dispensável. As crianças que encontrei, algumas de fato vindas da Venezuela, e outras vindas do Haiti, ensinaram que a comunicação tem muitas nuances possíveis e pouco previsíveis. Dentro dos arranjos dos quais eu vinha contando, chegamos (eu, as trabalhadoras e os trabalhadores da instituição, e uma professora e um professor de português voluntários e também pesquisadores) à construção de uma proposta de encontro partilhada: Aulas de português para migrantes adultos, concomitantes às Oficinas de literatura infantil para as crianças migrantes. Chegamos a isto a partir de conversas prévias com as pessoas que participariam dos encontros, e que nos sinalizaram que um espaço onde as famílias, incluindo as crianças, pudessem ser recebidas viabilizaria a participação.

A partir disso, as oficinas foram arquitetadas com a intenção de se tornarem espaços de encontros, produtores de afetos e infâncias, portanto abertos às transformações e aos (ainda) não ditos, inscritos numa perspectiva da hospitalidade transgressora. Transgressora porque, assumidamente, não pretende apaziguar a diferença. Não há como um encontro, aberto à produção de afetos e infâncias, não passar pela hospitalidade. Com Silvia Tedesco (2015c) entendo que a “hospitalidade regula a relação com o outro,

habitante de outras terras, de territórios distantes em sua organização: modos de existência, saberes, regras de funcionamento” (p. 237). A hospitalidade tanto diz do hóspede, quanto do hospedeiro, e interessa, justamente, pelo o que engendra no entre, pelo jogo que instaura entre um (eu) e outro.

Oficinas como espaços de hospedar a diferença. Espaços de escuta e de contágio com a alteridade – que enquanto aconteciam nos colocavam sempre na iminência de nos tornarmos outros a partir do encontro. Por isso, inscritos numa perspectiva da hospitalidade transgressora, que rompe com a ideia de um abrigo generosamente oferecido ao outro, na medida em que só acontece com o outro, só é possível com o outro e com as variações e tensões que só o encontro entre diferentes produz. Efeitos de estranhamento, em exercícios de hospitalidade que permitem “no roçar das linguagens destoantes, dar ouvidos à potência de desestabilização, de ruptura de universos e sentidos já dados” (Silvia TEDESCO, 2015c, p. 239). Diferença de sons, cores e cheiros, de línguas e modos de ser distantes que, no encontro, durante as oficinas, se tornaram próximos, mas não iguais. Experiência de toque e escuta que “conduz à ruína dos regimes de signos dicotomizados em nome de novos sentidos, novas linguagens, novos modos de existência” (Ibidem).

Para tanto, foram projetadas como espaços de invenção. De misturas de artes: literatura, desenhos, escritas, modelagens, músicas e brincadeiras. Em termos de estrutura, tínhamos uma sala grande e uma mesa grande, com cadeiras grandes também, um livro, um material de criação (às vezes, lápis; às vezes, tinta e ou mesmo farinha), as paixões e os desejos que estavam na ordem do dia. Espaços que admitiram, com vontade, a imprevisibilidade. Os convites foram disparados pelo whatsapp<sup>16</sup>. Tudo poderia acontecer, ainda que nada pudesse ser previsto. Um nada é composto por uma infinidade de matérias e intensidades, e só se faz ver no encontro. É o que se faz aparecer. Não poderíamos, mesmo, perdê-lo.

---

<sup>16</sup> Whatsapp é um software para smartphones utilizado para troca de mensagens de texto instantaneamente, além de vídeos, fotos e áudios através de uma conexão a internet. As pessoas que, atualmente, são imigrantes ou refugiadas, com as quais encontrei, me indicaram o whatsapp, também, como espaço de produção da vida: pelo aplicativo, reúnem-se grupos que compartilham histórias, dicas e possibilidades que viabilizam, muitas vezes, a escolha, a chegada e a permanência nos territórios. “*É uma vida pelo whats, a gente se ajuda, e acolhe quem chega por lá*”, me contaram duas mulheres-mães-imigrantes.

Manoel diria:

O que não sei fazer desmancho em frases.

Eu fiz o nada aparecer.

(Represente que o homem é um poço escuro.

Aqui de cima não se vê nada.

Mas quando se chega ao fundo do poço já se pode ver  
o nada.)

Perder o nada é um empobrecimento.

(Manoel de BARROS, 2010, p. 342)

~~~~~

*e transformadas em encontros*

E aconteceu. Juntos, fizemos o nada aparecer, e, como também não sei fazer outra forma de fazer, desmancho, aqui, em frases, as nossas experiências...

Foram seis tardes de sábado compartilhadas. Com as crianças, com as famílias (das crianças, da pesquisadora, da orientadora), com o grupo de pesquisa – foram encontros tornados possíveis a muitas mãos. Encontros vividos, mas também observados, com/por um trabalho cartográfico, que passava pela produção dos dados da pesquisa: a “formulação paradoxal de uma “produção dos dados” visa ressaltar que há uma real produção, mas do que, em alguma medida, já estava lá de modo virtual” (Virgínia KASTRUP, 2007, p. 15).

Como já sinalizei em momentos anteriores, assumi os livros de literatura infantil como dispositivos – ah, como é complexo um dispositivo! Um “dispositivo é um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, estruturas arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas, em resumo: tanto o dito como o não dito” (Maximiliano Valerio LÓPEZ, 2011, p. 47). E tudo isso cabe na literatura infantil. Muito próximo da noção de experiência, a noção de dispositivo se refere a “um conjunto de estratégias de relações de força que condicionam certo tipo de saber e por ele são condicionados” (Ibidem). Diante disto, os dispositivos dão forma a uma série de conjuntos que envolvem as maneiras pelas

quais nos tornamos o que somos, mas, também podem atuar como contra-dispositivos e desfazer as amarras que nos assujeitam.

Deste modo, os livros de literatura infantil, com o tema da migração e do refúgio, foram assumidos como dispositivos, que tanto apresentavam às crianças enunciados do discurso atual da crise humanitária em relação à migração, como se colocavam abertos ao que poderia suscitar a criação. A partir disto, cada oficina foi iniciada com a leitura de um texto para as crianças, às vezes, um livro inteiro, em outras, algumas partes, às vezes escolhidos pelas crianças, em outras, escolhidos por mim. Através desta primeira leitura conversávamos, desenhávamos, escrevíamos, coloríamos e íamos misturando as nossas histórias, com aquilo que o encontro compartilhado com o livro causava em cada um de nós. Naquele espaço, não nos pré-ocupávamos do que os autores quiseram dizer com as histórias, mas, sim, com o que aquelas histórias nos tocavam, como o modo como elas funcionavam no nosso encontro. Também os livros, em suas narrativas e em seus contos, foram se tornando pontos de escrita e de outras narrativas e outros contos.

*Eloísa e os bichos*

*Para onde vamos*

*Um outro país para Azzi*

*A viagem*

Foram os títulos escolhidos para as oficinas. Mas outros ainda são parte-composição na escrita: *O cometa é um sol que não deu certo*, *Diálogos de Samira: por dentro da guerra Síria* e *O barco das crianças*.

*Crianças migrantes*

*5 aos 12 anos*

*Venezuela*

*Haiti*



*Roraima**Porto Alegre**Santa Cruz do Sul**Saudades**Passagens**Permanências*

...

Foram os outros pontos deste rizoma que foram surgindo, “pontos de choro e de alegria, de doença e de saúde, de esperança e de angústia, pontos sensíveis, como se diz. Tais singularidades não se confundem, entretanto, nem com a personalidade daquele que se exprime num discurso, nem com a individualidade de um estado de coisas (Gilles DELEUZE, 1974, p.55)

A escolha pelas oficinas literárias foi com a intenção de pensar em um espaço de encontro com as crianças migrantes que tanto vinham aparecendo e compondo a dissertação comigo, através da literatura. Espaço de experiência com textos, com estranhezas, surpresas e invenções. Foram oficinas que passaram pela aproximação com a leitura, com a literatura e com a língua, não com um fim pedagógico ou terapêutico, ainda que com possibilidades de chegar a tudo isso pelo encontro, mas que, principalmente, se fizeram espaço para tornar a experiência migratória um processo coletivo. As oficinas, nesse sentido, assumiram o lugar de “um dispositivo de produção de subjetividade, distinto do dispositivo clínico, que realiza práticas que operam a transposição de limites tanto do si mesmo já constituído quanto do mundo habitado” (Virgínia KASTRUP, 2015b, p. 267). Tornaram possível ecoar ressonâncias e resistências.

O compartilhamento das experiências produzidas pelos textos permitiu que problematisássemos juntos as noções de migração, refúgio e crise humanitária. A literatura acionou sensações e afectos que atravessavam o vivido, tanto das crianças

migrantes quanto dos adultos nacionais que propunham as oficinas – acionaram a infância em nós. Sensações e afectos que emergiam dos textos (tomando por textos, as palavras e também as imagens que os compunham) e que os faziam transbordar. Foi assim que habitamos juntos a literatura infantil, compartilhando histórias, vivências, medos e desejos em encontros que implicavam necessariamente a presença de outros, mas que também nos levavam a nós mesmos. À maneira de Virgínia Kastrup (2015b,), assumimos que o “encontro com o texto naquilo que ele possui de potência de problematização, estranhamento ou surpresa, constitui um encontro com a virtualidade do si mesmo, com seu caráter processual, que subjaz às formas já constituídas” (p. 271).

Ao torcer e retorcer a linguagem até que se produzam rachaduras nos sistemas de signos, a literatura, nas oficinas, se transformou naquilo que pode unir as nossas experiências em planos impessoais, de forma que os rastros que ficaram ultrapassam as informações e as opiniões de cada um de nós que compôs os encontros, produzindo um comum que transformou nossas experiências individuais. Para Gilles Deleuze (1997) esta é, mesmo, uma das potências da literatura, a da criação de um plano impessoal, não porque produza generalidades, mas, sim, singularidades carregadas de diferenças “as duas primeiras pessoas do singular não servem de condição à enunciação literária; a literatura só começa quando nasce em nós uma terceira pessoa que nos destitui de poder dizer ‘Eu’” (p. 13).



*E reinventar mapas*

Lembro estar ansiosa. O trecho Santa Cruz do Sul – Porto Alegre, naqueles dias, passavam bem rápido: quando é por um encontro, as distâncias dos mapas parecem maleáveis, ou crescem desesperadamente ou encurtam assustadoramente – tragicidade, nunca é sem desejo que escolhemos as palavras. A verdade é que todos os ensaios metodológicos pareceram me abandonar, de todas as possibilidades imaginadas, nenhuma chegou perto das surpresas que nos esperavam. A experiência, afinal, também pode ser trágica quando atravessada pela intensidade, porque a tragédia também tem suas nuances e pode levar a caminhos inesperados, “a arte trágica não é outra coisa que a experiência desse abismo, uma experiência capaz de colocar em questão a própria identidade” (Maximiliano Valerio LÓPEZ, 2011, p. 52).

Foi entre setembro e outubro de 2019 que as oficinas de literatura infantil com crianças migrantes aconteceram, aos sábados, entre às 14h e às 16h. As conheci aos poucos: algumas vieram nos primeiros dias, outras nos últimos, uma em todos os seis encontros. Algumas já conheciam a língua portuguesa, outras estavam tendo ali as primeiras experiências e me proporcionando, também, as primeiras experiências com as suas línguas, todas e todos nós nos comunicamos, quando não por uma língua comum, por toques, desenhos, sorrisos, olhares e ensaios, com palavras ditas pela primeira vez (e também por aplicativos de tradução).

Elas tinham entre cinco e doze anos e vinham de muitos lugares. Traziam consigo histórias. Suas. De seus familiares, de seus amigos. Histórias experienciadas, muitas vezes por elas próprias no ato e outras tantas vezes pela escuta. Histórias dos seus territórios. Dos seus processos de migração. O pronome possessivo se repete justamente porque se fez presente em muitos momentos. Talvez porque as crianças denunciassem a promessa de um mundo globalizado e de fronteiras abertas que não foi garantido a elas – muitos de seus familiares não conseguiram chegar, muitas das crianças, nesse momento, não poderiam voltar aos países onde nasceram, fosse pelos conflitos em curso ou pela ausência de possibilidades financeiras. Talvez, porque anunciassem o recrudescimento dos novos nacionalismos que tensionam as suas permanências em territórios outros.

Talvez, ainda, porque apenas queriam contar histórias que são só suas, e que não se pretendiam, mesmo, universais.

Das linhas que desenhamos durante as oficinas, costurei mapas. Mapas das forças e intensidades que marcaram o processo, mapas daqueles pontos rizomáticos que eu contava, que emergiram na pesquisa, portanto, sem uma origem como uma raiz e sem um final com título de resposta, como as últimas folhas de uma grande árvore. Mapas das forças e intensidades que se fizeram comuns e costuraram os encontros com a literatura infantil e com as crianças migrantes. Forças e intensidades que contam histórias, que contam dos medos, e das alegrias da vida e das possibilidades de fazer viver. São mapas que contam do território que engendrou a escrita e daquilo que, pelas crianças, apareceram como importâncias.

Os áudios das oficinas foram gravados e os materiais produzidos foram fotografados, respeitando o anonimato previsto nos Termos de Consentimento e Assentimento que foram assinados pelos responsáveis e pelas crianças. Antes de acontecer, a proposta das oficinas foi avaliada e aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade de Santa Cruz do Sul (CAAE: 17740719.4.0000.5343).

Além disso, uma outra ferramenta foi a construção de um Diário de Campo, durante o período das oficinas, com fins de anotar impressões, sensações, diálogos e acontecimentos que não cabem nas gravações de áudio. Com isto, entendo que os registros no diário de campo “colaboram na produção de dados de uma pesquisa e têm a função de transformar observações e frases captadas no campo em conhecimento e modos de fazer” (Laura BARROS, Virgínia KASTRUP, 2010, p. 70).

As suas histórias, as histórias dos seus familiares, dos seus territórios e dos seus processos de migração, costuradas em literatura infantil, puderam redesenhar e reinventar mapas. Mapas que não negam as fronteiras, por vezes, inclusive, reforçam as suas linhas, mas que, em outras vezes, criam novas linhas: longas e curtas, de passagens e de permanências. Mapas construídos pela literatura infantil e por crianças migrantes que, aqui, tento colocar em palavras. Mapas que dão contornos de infância para as migrações – por uma migração infantil.

~~~~

*territórios*

~~~~

*Foram todos para o sul.  
O sul é esse lugar  
onde o sol, ao meio-dia,  
lá no alto vai ficar.  
(Bertold BRECHT, 2014, p. 21)*

Do mundo ao sul do Brasil. Da Venezuela, passando pelo Canadá e vindo direto para as cidades de Anta Gorda, Lajeado, Sapucaia, ou, passando por Roraima e chegando a Porto Alegre. Do Rio de Janeiro, depois de quatro dos seus cinco anos em Cuba, e pela primeira vez no Rio Grande do Sul. Do Haiti, há quase uma semana. Às vezes, ainda, mesmo depois de tantos movimentos, vinham de cidades vizinhas a pé. Também eu aproximava as cidades de Tabai, Santa Cruz do Sul e Porto Alegre, interior e capital, para encontrá-las.

As crianças vinham de muitos lugares e fazíamos das oficinas um território comum, habitado pelo encontro das diferenças das nossas línguas, das nossas cores, dos nossos cheiros e dos nossos rostos. Por vezes fomos dois...três...quatro...cinco...seis compositores de oficinas, ao todo, conheci nove crianças migrantes. Assim, retorçemos as fronteiras e habitamos, juntos, a literatura e os encontros, tornando possível acessar as migrações internacionais em linhas geográficas e em linhas de afeto. Porto Alegre se fez espaço de hospitalidade para nós.

\*\*\*

Cartografando...

As grandes ondas migratórias que vêm marcando o início do século XXI, ora reforçam a lógica de importância geopolítica de alguns países, tanto de origem quanto de destino, ora retraçam rotas e fazem emergir outros territórios como pontos luminosos no mapa dos deslocamentos humanos. É de Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001) a

distinção entre espaços luminosos e espaços opacos: os primeiros como aqueles que acumulam mais densidades técnicas e informacionais, maiores processos de industrialização e desenvolvimento tecnológico, em suma, aqueles que têm uma dinâmica que atrai maiores atividades capitais; os últimos, são territórios onde essas características são menos presentes, ou mesmo, ausentes. Deste modo, podemos compreender que o Brasil passou a compor o cenário migratório, como ponto luminoso para a imigração e o refúgio, a partir do aquecimento econômico pelo qual passou, em especial, na década passada. Nesse sentido, apesar dos registros de diversos ciclos de imigração para o país, desde os anos de 1980 era a saída de brasileiros o principal movimento que acompanhávamos. Na virada deste século a entrada de imigrantes voltou a se configurar como um movimento crescente (Lucia Maria BÓGUS; Maria Lucia Alves FABIANO, 2015).

Os principais órgãos federais envolvidos na política de imigração, além da Polícia Federal, são os Ministérios da Justiça, das Relações Exteriores, e do Trabalho, incluindo-se o Conselho Nacional de Imigração – CNIg e o Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE. O CNIg, vinculado ao Ministério do Trabalho, é o órgão responsável pela formulação, coordenação, acompanhamento, orientação e controle da política de imigração. O CONARE é o órgão responsável por analisar e aprovar, em primeira instância, os pedidos de reconhecimento da condição de refugiado, assim como por orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados.

Dayse Ventura (2014) aponta que a política migratória brasileira foi se constituindo pela garantia da discricionariedade do Estado, que estabelece quem são os bem-vindos no território, diferente, por exemplo, de como se caracterizam as estratégias europeias, marcadas por uma política restritiva e de controle ostensivo de fronteiras. Em 2017 o Brasil atualizou a legislação acerca das migrações internacionais, instituindo a Nova Lei de Migração. Com este novo marco legal, a Lei 13.445/2017, o país rompeu com o Estatuto dos Estrangeiros, um instrumento criado ainda na ditadura militar, e anunciou uma nova legislação com ênfase na garantia de direitos, que estabelece novos princípios e diretrizes sobre políticas públicas, direitos e deveres, entrada e saída do território nacional. A preocupação em atualizar os marcos legais mostra que o Brasil tem se organizado, também, para a crise humanitária.

A vinda dos imigrantes para o Brasil – colocando os refugiados entre os mesmos – de fato aumentou a partir de 2010, com a chegada de haitianos, colombianos, bolivianos, senegaleses e, mais recentemente, sírios e venezuelanos. Dados divulgados em agosto de 2019 pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, mostram que, em 2018, haitianos, venezuelanos e colombianos são as três principais nacionalidades que formam o grupo de imigrantes no mercado de trabalho formal no Brasil (OBMIGRA, 2019). Os motivos associados a esse aumento podem ser relacionados às crises político-econômica e climática no Haiti, o estreitamento de laços com países africanos, a guerra civil em curso na Síria desde 2010 e, mais recentemente, a profunda crise econômica da Venezuela. Se em 2011 era a chegada de haitianos, após um terremoto de grandes proporções que assolou o país, que preocupavam as autoridades brasileiras, o ano de 2018 iniciou com o intenso fluxo de imigrantes venezuelanos na fronteira com o estado de Roraima, o que inflamou as discussões sobre migrações e refúgio durante o ano brasileiro, que era eleitoral.

Desta forma, o Brasil vem sendo, nos últimos anos, convocado a responder a fluxos migratórios maiores. Nesses casos, uma das principais estratégias adotadas vem sendo a da interiorização. No caso do fluxo venezuelano, por exemplo, o processo de interiorização vem sendo apontado como uma das soluções para organizar e realocar imigrantes e refugiados venezuelanos concentrados no estado de Roraima e na cidade de Boa Vista, viabilizando formas de transições a outros estados e cidades do país, com o objetivo de reduzir impactos e proporcionar melhores condições de acolhida e integração, “a estratégia de interiorização é coordenada por um Subcomitê Federal que envolve nove ministérios, em articulação com governos de estados e municípios receptores, agências da ONU e organizações não governamentais”<sup>17</sup>.

Mas no que se refere aos números, um mapeamento através dos dados disponibilizados pelas agências internacionais e federais indica que a população internacional estimada como residente no país é considerada pequena, com um percentual de 0,4% de imigrantes – em janeiro de 2020, dados da OIM indicavam um total de 804 mil imigrantes no Brasil, enquanto cerca de 2 milhões de brasileiros são emigrantes<sup>18</sup>. No

---

<sup>17</sup> Portal Operacional. Situaciones de refugiados y migrantes. Disponível em: <https://r4v.info/es/documents/details/72086>. Acesso em: 10 jan 2020.

<sup>18</sup> Informações disponíveis em: [https://migrationdataportal.org/data?i=stock\\_abs\\_&t=2017&cm49=76](https://migrationdataportal.org/data?i=stock_abs_&t=2017&cm49=76). Acesso em: 10 jan 2020.



que se refere as situações de refúgio, os dados indicam o número de 11.231 mil pessoas refugiadas reconhecidas, das quais os sírios representam 51%, e de 161.057 mil solicitações da condição de refugiado em trâmite (CONARE, 2018). Nesse sentido, considerando o percentual da população, as dimensões continentais e as condições econômicas do Brasil, a preocupação com a crise humanitária parece não se justificar pelas estatísticas.

Ainda assim, em janeiro de 2019, sob a gestão de Jair Messias Bolsonaro, o Brasil deixou o Pacto Global de Migrações da ONU, com a justificativa que as ações propostas no documento poderiam aumentar a imigração para o país e o continente<sup>19</sup>.

\*\*\*

Leio outro trecho da história da menina que viaja com o pai pelas fronteiras:

“Quando estou cansada, olho lá para cima e começo a contar as nuvens. Eu já sei contar até cem. Algumas nuvens formam desenhos. Como cisnes, árvores, coelhos... Eu também durmo quando estamos viajando. E sonho que continuo a viajar e a viajar, e que nunca mais eu vou parar” (Jairo BUITRAGO, 2016, s/p).

E pergunto, outra vez, mas agora para outras crianças que chegaram à oficina:

*Para onde ela pode estar indo?*

De novo, elas concordam, como se inscrevessem suas próprias histórias junto àquelas dos livros:

*Para o Brasil, aqui é mais bonito.*

*O Brasil é muito bonito... a minha pátria amada Brasil, como no hino...*

Então, sinto vontade de saber:

---

<sup>19</sup> Notícia. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/01/brasil-deixa-pacto-global-de-migracao-da-onu.shtml>. Acesso em: 20 jan 2020.

*E o que é o Brasil para você? (que está lendo também)*

Uma criança responde:

*É a minha casa. Até agora.*

\*\*\*

Ora, o que eu queria com essa pergunta?! “As linhas de fuga não têm território” (Gilles DELEUZE; Claire PARNET, 1998, p. 63). Os nossos mapas se desenham *entre* as fronteiras: com saudades, passagens e permanências.

~~~~~

*saudades*

~~~~~

*Escapavam às batalhas  
e deixavam a dor pra trás,  
desejavam só descanso  
num país cheio de paz.  
(Bertold BRECHT, 2014, p. 9)*

Partir deixou saudades nas crianças. Até das coisas não vividas, mas experienciadas pela escuta. Boa parte do que somos, afinal, são as histórias que escutamos: *antes dos dinossauros todos os países estavam juntos em um país enooooorme, sabia?* O antes de seus territórios foi contado de um jeito que fazia as crianças migrantes quererem voltar, não para os países de onde vieram, mas para um tempo diferente: *E se vocês estivessem viajando agora e pudessem escolher, para onde iriam? Eu acho que eu iria querer ir para o passado. Era melhor nessa época, de verdade. Mesmo se tivessem dinossauros.*

Também as pessoas deixaram saudades. Algumas com a dor da ausência de respostas: *o que mais sinto falta é da minha tia que ficou perdida na fronteira e ninguém sabe onde está.* Com as durezas dos limites das fronteiras que não são possíveis reinventar no momento: *está muito caro ir para lá e não dá pra entrar. Ficaram os meus bisavós e os meus primos lá, e não dá para visitá-los.* Outras, ainda, carregam a distância, a curiosidade e suscitam novas histórias: *Os meus primos foram pra um país gelado... Tipo o Canadá? Isso! Eles estão no Canadá. A minha vó também foi para lá, mas agora veio para o Brasil. Alguns primos meus estão nos Estados Unidos. Ah! E eu morei em Santa Catarina também. Mas lá não tinha escolas. Por isso viemos para cá.*

As faltas se fizeram, ao longo das oficinas, muito presentes. Muito importantes. *Falta das praias e das comidas. E dos dois cachorros, que sorriam de formas diferentes.* A casa com escadas fazia muita falta também: *no dia em que fizemos massinha de modelar, ela modelou a casa e as escadas. Sei disso porque ela modelou as palavras CASA-ESCADA logo abaixo – ainda não falava português, mas já escrevia uma série de coisas. No dia em que desenhamos, ela desenhou a casa e as escadas também. E no dia em que pintamos, numa pintura extra solicitada, ela pintou a casa e as escadas. Nesse terceiro encontro com a casa e as escadas, comentei, quase como um pensamento em voz alta: você deve estar com saudades dessa casa. Ela assentiu.* Foi assim que nomeei as faltas como saudades, sabendo que não é uma palavra que se encontra em todas as línguas, mas que foi a palavra pela qual nos entendemos num instante carregado de sensibilidades.

Volta e meia as crianças traziam as suas saudades, que se misturavam a dos familiares que vieram com elas. Se você me perguntasse agora qual a saudade que mais compôs os nossos encontros, eu diria: a dos objetos que ficaram para trás. Ah, como eles foram desenhados, contados, desejados... Afinal, como escolher o que trazer? “O que levar de essencial, deixando para trás uma vida inteira de recordações? Álbuns de fotos, CDs, quadros, enfeites, toalhas de mesa bordadas, roupas, móveis e todo o resto que faz parte de uma casa. Tudo isso abandonado no momento de partir do lugar onde viveram por tantos anos” (Marcia CAMARGO; Carla CARUSO, 2015, p. 16). Sentir saudades não é privilégio dos adultos. Principalmente porque ir “morar em outro lugar porque se quer é uma coisa, sair obrigado é outra” (Ibidem, p. 28). Provavelmente existam saudades nas duas situações, mas, talvez, não exista “nada mais triste do que ser obrigado a partir do lugar que a gente ama, da casa onde cresceu, da rua onde brincou” (Ibidem, p. 43).

As crianças migrantes que encontrei precisaram sair. Todas elas. Não exatamente nas mesmas condições: algumas de avião, outras a pé, algumas vieram com destino certo, outras vieram para onde disseram que as receberiam, algumas com mais e outras com menos recursos financeiros. Mas todas contaram que precisaram sair *pela violência, pela fome, pela guerra, por causa de pessoas más que mais pareciam monstros que queriam destruir as cidades*. Ao longo dos seis encontros, foram nove crianças que me contaram de suas saídas e saudades. Quando eram muito grandes e apertadas, as saudades faziam disparar a língua materna, às vezes, alta e rápida, às vezes, baixinha e direcionada aos irmãos que a compreendiam.

Não é para menos, não acha? A amiga de Samira, ao ouvir falar das pessoas que precisaram deixar suas casas exclamou “não posso imaginar como seria isso! (...) Quando você fala a palavra refugiado, imagino um monte de gente numa estrada, ou vivendo num galpão, as crianças trabalhando, sem poder estudar” (Marcia CAMARGO; Carla CARUSO, 2015, p. 94). Samira, que agora estava conhecendo o Karim, aquele menino refugiado do início da nossa história, explicou “Agora, parece que o Karim só estuda. Mas acho que não é assim que a maioria vive. Ele diz que muita coisa mudou, que a grana está curta, que os pais precisam trabalhar demais, parece uma vida sacrificada. Os pais eram professores de universidade” (Ibidem).

Assim como Karim, as crianças migrantes que conheci em Porto Alegre também estavam todas estudando e não me contaram de trabalhos. Contaram sim de algumas dificuldades como *precisar mudar de cidades várias vezes e mudar de escola também, encontrar alguns amigos chatos, e não ter dinheiro para algumas coisas, como sapatos*. Dificuldades-saudades que, de vez em quando, as faziam querer voltar no tempo. Num tempo onde nem as dificuldades, nem as saudades existissem. Não é fácil criar um tempo assim.

Quando as nossas conversas traziam à tona muitas saudades, elas pediam para brincar. Acontecia sempre no final das oficinas. Renovávamos o encontro pela brincadeira, criando tempo de gargalhadas. Não um tempo de grandes soluções, grandes saídas ou de grandes respostas. Era tempo pequeno, tempo menor. Tempo do acontecimento. Tempo Aion: indefinido, um entre-tempo (cf. Gilles DELEUZE, 1997b). Tempo menor, no qual as saudades também se faziam pequenas. Tempo de infâncias, que fazia da migração, apenas, experiência de encontro.

~~~~

*passagens*

~~~~

*Buscando a terra da paz  
sem as bombas estourando,  
atrás de um novo país,  
vai crescendo assim o bando.  
(Bertold BRECHT, 2014, p. 29)*

Partir também criou tempo e espaço de passagens. Uma provisoriidade marcada pela esperança e pela possibilidade de fazer qualquer território se tornar um novo lar. É assim com algumas pessoas, elas “aguardam ansiosas as portas do mundo se abrirem para recebê-las” (Tadeu SARMENTO, 2017, p. 20). Quando conversamos sobre algumas palavras, foi pelas passagens que elas instauram que as crianças as definiram: *um refugiado é uma pessoa que está em outro país, um migrante é uma pessoa que está indo de país para país: essa história é como a minha, eu nasci e me mudei.*

Passagens-possibilidades: *só é refugiado quem não mora aqui. Por exemplo, eu fui refugiada, mas agora não sou mais.* O que ela é? Uma criança. Que prefere não assumir as formas de ser de um refugiado, que quer ser, quem sabe, outras coisas e, portanto prefere não, numa espécie de devir- Bartleby, o personagem analisado por Gilles Deleuze (1997), que com o ‘prefiro não’ torna possível “fazer fugir a linguagem, aumentar uma zona de indeterminação ou de indiscernibilidade tal que as palavras já não se distinguem umas das outras” (p. 88). As passagens são, também, virtualidades.

Virtualidades que não cessam em atualizar a alegria e a potência de agir: as crianças migrantes, “você precisa ver com seus próprios olhos. São muito alegres e às vezes cantam umas canções que chegam até a praia. Umas canções tão lindas que os peixes saem à superfície e os pássaros marinhos pousam nos mastros para ouvi-las, enlevados” (Mario Vargas LLOSA, 2016, p. 97 e 98). Passagens-infâncias que não, necessariamente, assumem os sentidos prontos das palavras e que, com isto, podem criar outros modos de habitá-las: “pareciam muito felizes. Balançam os braços, acenam e davam a impressão de estar muito contentes com sua incansável peregrinação por todos os mares do planeta” (Ibidem).

Nem sempre é fácil habitar um tempo e um espaço de passagens, de provisoriidades. Uma das formas de olhar para as passagens também passa pelo medo: e se, pelos movimentos, “fosse uma criança condenada a ser, para sempre, alguém sem lugar nem descanso” (Tadeu SARMENTO, 2017, p. 47)? Afinal, tudo parece um tanto provisório: *o Brasil é a minha casa agora. Não sei mais a diante. É que eu, praticamente, não sei o que vai acontecer...*

Às vezes, as crianças não sabem para onde estão indo e, por mais que perguntem, ninguém responde. Talvez porque os adultos também não saibam para onde vão. Quem sabe? Intrigado com isso, “Emanuel olhou para o céu em direção às nuvens (não ao sol, mas às nuvens) e pensou que ninguém nunca tem escolha. Que as pessoas são iguais aquelas nuvenzinhas no céu, empurradas pelo vento sabe-se lá para onde ou até quando” (Tadeu SARMENTO, 2017, p. 11).

Algumas vezes as passagens se alargam muito, a ponto de virarem buracos. Nesses momentos os desenhos, durante as oficinas, se tornavam narrativas que contavam de cenas de destruição e de mortes, porque a tragédia também é arte: *esse é o lagarto radioativo, destruindo tudo, todos os países*. E enquanto arte, logo em seguida, depois do desenho, com o desenho, surgiam outras possibilidades de vida: *Imagina, um monstro gigante desses... o lagarto seria um jeito de enfrentar. Se tivesse como eu ia chamar ele*. Para acabar com os conflitos que o impedem de visitar a sua família. Para acabar com os conflitos do mundo, pela fantasia.

Porque a fantasia, da qual por vezes tentamos escapar é, também, forma de resistir. Quanta falta faz a fantasia, quando, ao invés de interrogarmos o mundo nos esforçamos apenas em conhecê-lo, descobri-lo: “fui envelhecendo sem nunca perder a esperança de que meus companheiros me permitam voltar a ocupar o meu lugar entre eles. Mas talvez eu esteja pagando pelo pecado da curiosidade, que me fez sair do barco das crianças por querer conhecer o mundo real”. Mas é sempre tempo de fantasiar, “agora que já o conheci a fundo, meu sonho é voltar para aquele mundo de fantasia, de irrealdade, de milagre, para aquela maravilha da qual cometi a insensatez de fugir” (Mario Vargas LLOSA, 2016, p. 92).

Foi assim com a Azzi também, “numa manhã, Azzi pintou helicópteros cheios de armas. E ela contou para Sabeen sobre a guerra, sobre como ela havia fugido...” (Sarah GARLAND, 2012, p. 20), e contou que ficou com medo. Sabeen a entendia, também era

bem pequena quando precisou deixar o seu país. Mas elas tinham esperança: Sabem esperava por rever os pais um dia e Azzi por reencontrar a avó. É pela esperança que se retoma a leveza das passagens, “ainda bem que os dias são grandes o suficiente para que neles também aconteçam coisas boas que ajudam as pessoas a suportar as ruínas” (Tadeu SARMENTO, 2017, p. 10).

Talvez, é claro, a espera tão presente na literatura almeje uma certa passividade, uma espécie de convencimento direcionado ao movimento de docilizar os corpos. Mas quando a infância é tomada como operador, tudo pode interrogar o mundo, fantasiar e reinventar mapa: “nadar até onde?...Até outro país...Dizem que lá tem uma praia...Isso mesmo, a praia do outro país...Mas é a praia que é a borda do mar ou o mar que é a borda da praia?” (Tadeu SARMENTO, 2017, p. 12 e 13).

~~~~

*permanências*

~~~~

*Ao mirá-lo no crepúsculo  
não lhe vejo a mesma tez:  
outras caras eu comtemplo,  
de espanhol, francês, chinês!  
(Bertold BRECHT, 2014, p. 21)*

As crianças conversavam: *E a escola? Já passei o primeiro ano aqui. E o segundo? Aqui. E o quarto? Vou passar também aqui. E o sétimo? E a adolescência? E quando for adulta? Tudo aqui! Vou passar aqui. Ou em Gramado ou em qualquer outro lugar.*

Fazer permanência também é passagem. Assumindo, ou inventando, uma provisoriedade na permanência, as crianças migrantes definem que o importante passa por viver onde se está, num momento que pode ser curto ou longo, depende da intensidade que você colocar. Tudo pode se tornar casa: *aqui, Gramado ou qualquer outro lugar.* Fazer permanência, então, pode ser, também, sonhar com o mundo: *eu já decidi, quando*

*crescer, eu quero ser youtuber, falar de slimes e de como são as rotinas em todos os países.*

As permanências-passagens também são alegres e tristes.

Às vezes, significam abandonos: “colocamos tudo o que tínhamos nas malas e nos despedimos de todos. Saímos à noite para que ninguém nos visse e viajamos por muitos dias. Quanto mais nos distanciávamos, mais coisas iam ficando para trás” (Francesca SANNA, 2016, s/p).

Às vezes, precisam da insistência: “me sentia um bicho estranho (...) Voltávamos para casa sem falar com ninguém. E algumas vezes nos perdíamos pela cidade, mas foi assim que aprendemos a conhecê-la” (Jairo BUITRAGO, 2013, s/p).

E em outras vezes, quase todas, passa pela invenção: “Viramos hábeis marinheiros. (...) Percebemos que aquele barco iria ser o nosso lar, a nossa pátria, sabe-se lá por quanto tempo. Talvez por toda a eternidade” (Mario Vargas LLOSA, 2016, p. 78).

Porque também se faz permanência no movimento.

E pelas possibilidades de recordar: *fomos brincar em roda, as crianças queriam cantar. Pedi que elas escolhessem a música: elas escolheram cantar os hinos dos países que consideravam seus. Aconteceu algumas vezes de cantarmos hinos. Quem sabe, os sons também digam de permanências. Num dos dias, depois dos hinos, escolhemos, de forma aleatória, uma música pela internet. Ela era indicada pelo YouTube, como uma das músicas mais tocadas, e eu nem lembro qual era. O que lembro bem é que todas as crianças a cantaram, mesmo que a letra fosse reproduzida em inglês – língua que, supostamente, não falavam. Dançaram também. Uma pena que a oficina já estava por acabar.* Naquele dia, as fronteiras se apagaram e a permanência foi no encontro.

Por certo que nem sempre as fronteiras foram esquecidas e a língua foi comum, certa vez, na oficina, *chegaram três crianças que, a princípio, falavam apenas em uma língua que eu não compreendia. Fomos tentando nos comunicar por ferramentas de tradução da internet. Eu estava, justamente, contando uma história, lendo um dos livros de literatura infantil, quando elas chegaram. Tentei explicar que eu só sabia contá-la em português e elas assentiram. No meio da leitura, elas foram se aproximando, apontavam para as imagens da história e encostaram-se em mim para acompanhá-la. Pelo toque, os*



sorrisos e os olhares nos entendemos. Há outras formas de estarmos juntos, mesmo sem falarmos as mesmas línguas. Há como habitar o mundo pela diferença.

Talvez, o que os grandes fluxos migratórios tenham a nos contar, pela infância, é como habitar o mundo pela diferença. Ao precisarem deixar para trás uma série de seguranças, a única escolha possível foi se lançar ao mundo. No campo de refugiados onde o menino Emanuel estava “eles aprenderam, aos poucos e da maneira mais dura, que as diferenças se transformam em afinidades quando todos estão no mesmo barco e lutando contra um inimigo comum: a estupidez humana” (Tadeu SARMENTO, 2017, p. 89). Não é preciso transformar as diferenças em igualdades, talvez não seja preciso, sequer, uma língua comum. Basta habitar a diferença – sem aniquilá-la. O que, talvez, seja a outra coisa que os grandes fluxos migratórios tenham a nos contar: do desejo fascista de aniquilar a diferença, do desejo de produzir a morte de alguns, justificado, pela manutenção da vida de outros. Como viver juntos?

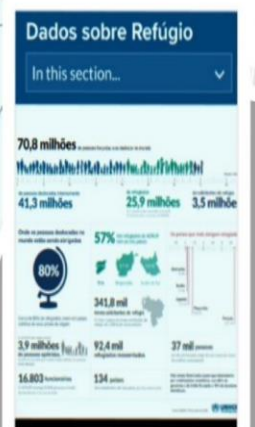
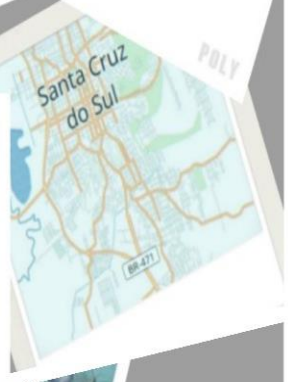
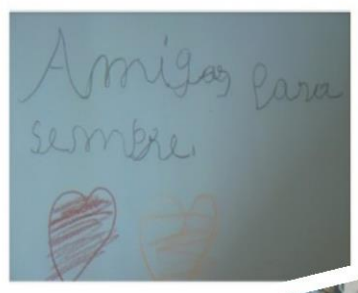
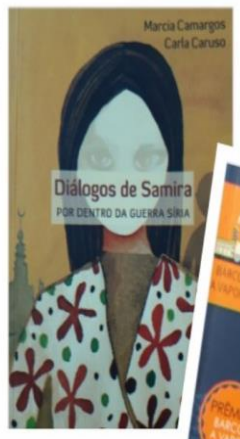
Penso que apostar na minoridade (cf. Gilles DELEUZE; Félix GUATTARI, 1997) nos conte algo importante. A minoridade das histórias, das narrativas e dos acontecimentos. Uma minoridade que faz vida entre a tragicidade da crise humanitária. E que pelo simples-complexo encontra possibilidades: *minha história começa desde pequena. Eu nasci em outubro de 2009. Um dia minha mãe precisou procurar trabalho no Brasil. E eu me acostumei. Fim.*

As permanências são, enfim, importâncias.

Ante a proposta de desenhar os percursos que as faziam estar ali, as crianças transformavam as permanências em importâncias: *eu já mudei de casa tantas vezes, que agora já não sei mais o que vai acontecer...bom, vou desenhar as coisas mais importantes...*

Os desenhos foram: uma borboleta com as cores do Brasil e do Haiti, as bandeiras do Brasil e da Venezuela, uma mochila com as palavras ‘Töi e Noi’, uma casa com as palavras ‘o nosso curso’, amigos, roupas e sapatos. *Depois de desenhar as coisas que trouxe consigo, uma das crianças fez questão de contar, em português, cada uma delas: trouxe estrelas, nuvens, uma borboleta, uma cobra, um anel, uma mochila, um coração, brinquedos e a casa-escada.*

Ao reinventar as coisas, elas passam a funcionar de outros modos, “a pedra de basalto simboliza luto, sobriedade e perseverança, ao passo que a água representa vida, pureza, paz. A grama, ternura e compaixão. As árvores, alegria, tristeza, esperança e, sobretudo, o ciclo de nascimento e morte, a renovação permanente da vida” (Marcia CAMARGOS; Carla CARUSO, 2015, p. 112).



*Infâncias, bordas, nós e outras linhas sem fim, com contornos de encerramento*

Infâncias:

*Sentido figurado: a infância do mundo.*

Linhas:

*Linhas é o plural de linha. O mesmo que: riscos, traços, riscas.*

Borda:

*Relativo à beirada, beira de qualquer superfície.*

Nó:

*Enlaçamento de fios, de linhas, de cordas, de cordões, fazendo com que suas extremidades passem uma pela outra, amarrando-as.*<sup>20</sup>

A crise humanitária, que é migratória e é dos refugiados, não se encerra em grandes números e grandes tragédias com potências tristes; com a arte, ela também produz vida. Se lá no início procurávamos entender o que era isso que chamamos por humanidade, aqui a humanidade funciona como abertura: a “humanidade, para a qual procurava a definição, é talvez um interminável processo de complexificação” (Julia KRISTEVA, 2017, p. 88). E se abre em muitas linhas, produzindo efeitos de linguagem e efeitos de sentido.

Linhas de infância, do mundo. Riscos, traços, riscas. Marcadas, todas, pelas bordas, pelos acontecimentos que são, como lá no início nos dizia Gilles Deleuze “como os cristais, não se transformam e não crescem a não ser pelas bordas, nas bordas” (1974,

---

<sup>20</sup> Pesquisa realizada em “Dicionário online de português”. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/no-2/>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2019.

p. 12). Linhas com muitas pontas, que pelas bordas, se entrelaçaram no encontro desta pesquisa formando nós, que agora se desfiam e abrem em outras linhas, sempre infinitas.

Um nó também vem do encontro de dois ou mais que se transformam no entre. Extremidades que se entrelaçam. Se tornam um e sempre podem se tornar outros: novos fios, novos nós durante a vida. Novas linhas. Se me perguntares o que quis com a escrita, talvez tenha sido isso: criar e desfilar nós, acompanhar processos e costurar histórias, uma vez que “entre prazer de escrever e possibilidade de falar, existe certa relação de incompatibilidade. Ali onde não é mais possível falar, descobre-se o encanto secreto, difícil, um pouco perigoso de escrever” (Michel FOUCAULT, 2016a, p. 39). Quis, ainda, fazer como Emanuel, que jura que quando fecha os olhos o sol realmente continua dentro deles. “E como pode o sol ficar no céu e dentro dos olhos da gente ao mesmo tempo? (...) Emanuel não sabe o que responder. Ele ainda é criança e não tem resposta para muitas coisas. Porém de uma coisa ele sabe: é sempre mais fácil fazer perguntas difíceis que responder a elas” (Tadeu SARMENTO, 2017, p. 10). Perguntas difíceis se abrem em muitas linhas, ainda sem respostas pela falta de palavras que assumem.

Foi assim com as linhas da crise humanitária contemporânea, das migrações internacionais, das situações de refúgio, da literatura infantil e das crianças, que se abriram em linhas de experiência, marcadas pela infância. As coisas são compostas de linhas bastante diversas, linhas duras, linhas flexíveis, linhas de fuga e em quantas mais puderem se abrir (Gilles DELEUZE; Claire PARNET, 1998). Algumas linhas não se reduzem aos trajetos de um ponto ao outro, elas saltam entre si, produzem rupturas e retomam em outras partes, criando outros pontos e, então, outras pontas. São linhas de fuga quando não se aliam às palavras de ordem estabelecidas “fugir é traçar uma linha, linhas, toda uma cartografia. Só se descobre mundos através de uma longa fuga quebrada” (Ibidem, p. 30). As forças minoritárias se constituem sobre elas, sobre e com as linhas de fuga, para poder dizer outras coisas e fazer balançar os modos de ser e estar já instituídos pelas palavras de ordem.

Gilles Deleuze e Claire Parnet (1998) dividem as linhas das quais somos feitos, indivíduos ou grupos ou coisas, em pelo menos três espécies: uma, é a da segmentaridade dura, das séries já instituídas, das linhas molares; a outra, é a da segmentaridade flexível, das forças instituintes, dos pequenos desvios, de processos de reterritorialização, das linhas moleculares; e a terceira, são as linhas de fuga, que conjugam todos os movimentos

de desterritorialização. Uma linha sedentária, uma linha migrante e uma linha nômade, respectivamente – embora, em alguns casos, se tornem apenas duas linhas, quando os processos moleculares oscilam entre a reterritorialização e a desterritorialização. Nesse sentido, tomar a crise humanitária relacionada às migrações internacionais pelas estatísticas e o que determinam as agências internacionais **E** pelo o que criam e experienciam as crianças migrantes, é tomá-la em suas linhas molares, suas linhas moleculares e em alguns rastros de suas linhas de fuga, que estão sempre em movimento.

Deste modo, para pensar a crise humanitária contemporânea, que é migratória e é dos refugiados, pelo encontro com a literatura e com as crianças, a partir da experiência da infância, foi preciso abrir espaço para as linhas de fuga, para as desterritorializações, que estremeceram as definições prévias e criaram rachaduras na forma de ser da crise humanitária. Abriram espaços para que as crianças pudessem ser, também, outras coisas: *eu fui refugiada, mas agora não sou mais*. Afinal, “sobre as linhas de fuga, só pode haver uma coisa, a experimentação-vida” (Gilles DELEUZE; Clairete PARNET, 1998, p. 35).

Faço aproximação, portanto, entre as linhas de fuga e a infância, não como uma etapa cronológica e psicológica da vida, mas como experiência de ruptura e de encontro com os impensados e os impensáveis da vida. Esta última, a infância, também assume processos de desterritorialização, quando, pela ausência da fala, experimenta modos de inaugurar o mundo e as palavras e, assim, pode reestabelecer as ordens, às vezes, pelo seu avesso. Quando se dá pela infância, a experiência passa a ser uma situação a ser estabelecida e não mais uma forma velha com prescrições de vida e mundo. Assim, entendo que a experiência da infância é escrita (ou desenhada, ou sentida, ou dita) por linhas de fuga. São, todas, linhas para pensar de outros modos...

Por isso, não dizem ou ensinam algo sobre as migrações contemporâneas. Mas nos possibilitam notar o seu avesso. Fazer notar o avesso não é descobrir uma verdade, mas encontrar um novo lado, uma nova face, um outro modo. Pelo avesso, as linhas contam dos processos de encontros, de movimentos e de possibilidades para ver as migrações em suas saudades, passagens e permanências. São essas linhas, sem amarras, ainda que com alguns nós, que tornam possível contar histórias cheias de vida, a partir da intensidade que a imagem do menino sírio morto na praia nos causa. São elas que permitem que a história de Aylan vibre em outras possibilidades de narrativas. São elas

que tornam possível a produção de um entre com a literatura e as crianças. São linhas de fuga, linhas de experiência, linhas de infância.

Fazer da infância um operador é assumi-la como uma aposta política de se colocar frente ao mundo, no mundo e com o mundo, através de uma postura aberta às transformações e as criações de sentidos. Uma política da infância, “é também uma aposta pela transformação, pela inquietude, pelo não conformismo, pela perspectiva de um vir a ser de outra maneira que não pode ser antecipado nem previsto. É a afirmação de uma política que se recusa a aceitar o que é, mas não postula um deve ser” (Walter KOHAN, 2011, p. 250). Uma política da infância, nesses termos, é o que permite a experiência migratória ser dita, também, para além de uma crise humanitária, como possibilidade de novos começos, nos quais quando não se sabe *o que vai acontecer*, desenha-se *as coisas mais importantes...* A infância, nesse sentido, “é uma chance de assumir a descontinuidade como condição ontológica da existência, uma abertura dessa experiência ao imprevisto, ao que pode ser de outra forma, ao que ainda não sabemos nem podemos (Ibidem, p. 250).

Desta forma, a infância deixa de estar associada apenas às crianças e passa funcionar como uma figura dos começos (Jorge LARROSA, 2000), tornando-se imagem aberta ao inesperado e à ruptura. Foi a infância que permitiu o encontro entre as linhas molares e moleculares que constituem as migrações internacionais contemporâneas, bem como as suas reinvenções em linhas de fuga. A partir da experiência da infância, a crise humanitária apareceu pelas histórias de vida que pode contar e pelos começos que inscreve, no sul do Brasil e, quem sabe, mundo a fora.

Pela infância, foram possíveis encontros. Da literatura infantil com as crianças. E das crianças com a migração. Destes encontros, surgiu uma transformação possível: a migração passou a operar pelo infantil que carrega – uma *migração* marcada pelo *infantil*. Instaurou infâncias-migrantes. Duas pontas de começos, que engendram experimentações da experiência migrante e afirmam a diferença, o novo e o não determinado. As infâncias-migrantes assumem o seu lugar de recém-chegados e resistem, como se insistissem em restaurar a infância nas narrativas sobre as migrações. Insistem em fazer vibrar o devir, que só é possível na direção das forças instituintes, das forças que desterritorializam a língua, e em uma direção das minorias (cf. Gilles DELEUZE; Félix GUATTARI, 1997).

Assim como a criança da epígrafe não sabe que o verbo escutar não deveria funcionar para as cores, mas o faz mesmo assim e o coloca a funcionar ao seu modo, de outros modos; as crianças migrantes não sabem que são a ponta mais sensível das migrações contemporâneas – a ponta sobre a qual os estudos são poucos, os números são muitos, e as notícias são trágicas, a ponta que nos faz sentir a crise humanitária – e, com isto, colocam a vida e a experiência a funcionar como verbos.

A infância-migrante faz o verbo delirar.

Que elas possam *minorar*. Furar fronteiras. E reinventar muitos mapas.



## EPÍLOGO

*Ele então afundou e a última coisa de que se lembra disso tudo é de ter pensado que no fundo do mar o sol também se movia na forma de um disco luminoso flutuando na escuridão azul. O mesmo sol que via dentro dos olhos quando ficava cego na superfície: do tamanho e da cor de uma tangerina.*

*(Tadeu SARMENTO, 2017, p. 112 e 113).*

## REFERÊNCIAS

AREND, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. 1979. São Paulo: Perspectiva, 1979.

ACNUR. *Protegendo refugiados no Brasil e no mundo*. 2018. Disponível em: [https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Protegendo-Refugiados-no-Brasil-e-no-Mundo\\_ACNUR-2018.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Protegendo-Refugiados-no-Brasil-e-no-Mundo_ACNUR-2018.pdf). Acesso em: nov 2018.

ANDRADE, Julia Parreira Zuza. *Mia Couto e Luandino Vieira: a ficção de fronteira nas obras para o público infantojuvenil*. Faculdade de Letras. Dissertação de Mestrado. Coimbra: 2014. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/25916>. Acesso em: 18 out 2018.

ARIÉS, Philip. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Kuksmao. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BACK, Leticia Aline Back. *Os (des)encontros da tríade: processos migratórios, trabalho e cidade*. Programa de Pós-Graduação UNISC. Dissertação de Mestrado. Santa Cruz do Sul: 2019.

BANDEIRA, Larisa. *Para oferecer a hospitalidade: aula e refugiados no Brasil*. Programa de Pós-Graduação em Educação UFRGS. Tese de Doutorado. Porto Alegre: 2018.

BARROS, L. P.; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. *Pistas do método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

BARROS, Manoel de. *Poesia completa*. São Paulo: Leya, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. *Estranhos à nossa porta*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BAUMAN, Z.; BORDONI, C. *Estado de Crise*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BARTHES, Roland. *Fragments de um discurso amoroso*. Trad. Hortênsia dos Santos. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

BERNARTT, Roseane Mendes. A infância a partir de um olhar sócio-histórico. In: Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, 9, 26 a 29 out. 2009. Disponível em: [http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2601\\_1685.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2601_1685.pdf). Acesso em 28 dez 2019.

BRASIL. Senado Federal. *Lei 13445, de 24 de maio de 2017*. Brasília, 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm). Acesso em: nov 2018.

BRECHT, Bertold. *A cruzada das crianças*. Trad. Tercio Redondo. São Paulo: Editora Pulo do Gato, 2014.

BUITRAGO, Jairo. *Eloísa e os bichos*. Trad. Márcia Leite. São Paulo: Editora Pulo do Gato, 2013.

BUITRAGO, Jairo. *Para onde vamos*. Trad. Márcia Leite. São Paulo: Editora Pulo do Gato, 2016.

CAMARGOS, M.; CARUSO, C. *Diálogos de Samira: por dentro da guerra síria*. São Paulo: Moderna, 2015.

CARDOSO, Irene Arruda. Foucault e a noção de acontecimento. *Tempo Social*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 53-66, 1995.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria*. Trad. Cleonice Paes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

COSTA, L.; COSTA, C. Short Scenes: a escrita acadêmica como combate. *Revista Poies e Psique*, v. 9, n. 2, p. 171-186, 2019. Disponível em: [file:///C:/Users/55519/Desktop/Short%20Scenes%20\(Luciano%20e%20Cristiano%20B edin\).pdf](file:///C:/Users/55519/Desktop/Short%20Scenes%20(Luciano%20e%20Cristiano%20B edin).pdf). Acesso em 03 jan 2020.

COSTA, L.B.; BORGES, J.V.; AZZOLIN, R.C.N. uma viagem muito louca: algumas considerações sobre palavras pesquisadas por infâncias. *Childhood & philosophy*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 30, maio-ago. 2018. pp. 363-383. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/childhood/issue/view/1499/showToc>. Acesso em: nov 2018.

CORAZZA, Sandra Mara. *História da infância sem fim*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2000.

CORTÁZAR, Julio. Alguns aspectos do conto. In: *Valise de cronópio*. Tradução de Davi Arrigucci Júnior. São Paulo: Perspectiva, 1974.

CULLER, Jonathan D. *Teoria literária: uma introdução*. Trad. Sandra Guardini T. Vasconcelos. São Paulo: Beca, 1999.

DELEUZE, Gilles. *Espinosa: filosofia Prática*. Trad. Daniel Lins e Fabien Pascal Lins. São Paulo: Escuta, 2002.

\_\_\_\_\_. *Crítica e Clínica*. Trad. Peter Paul Pelbart. São Paulo: Editora 34/Coleção TRANS, 1997.

\_\_\_\_\_. *O abecedário de Gilles Deleuze*. Transcrição integral do vídeo, para fins exclusivamente didáticos. 1994. Disponível em: [escolanomade.org/wp-content/downloads/deleuze-o-abecedario.pdf](https://escolanomade.org/wp-content/downloads/deleuze-o-abecedario.pdf). Acesso em: 10 out 2018.

\_\_\_\_\_. *Kafka: por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago, 1977b.

\_\_\_\_\_. *Conversações*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1992.

\_\_\_\_\_. *Lógica do Sentido*. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectivas, Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs - capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34/Coleção TRANS, 1995.

\_\_\_\_\_. *O que é a filosofia?* Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Munõz. São Paulo: Ed. 34 letras, 1993.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

EAGLETON, Terry. Pós-Estruturalismo. In: EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. Trad. Waltensir Dutra. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. pp. 175-207.

FOUCAULT, Michel. *O belo perigo*. Trad. Fernando Scheibe. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016a.

\_\_\_\_\_. *A grande estrangeira*. Sobre literatura. Trad. Fernando Scheibe. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016b.

\_\_\_\_\_. *Segurança, Território e População*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. *A Arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, MICHEL. *Ditos e Escritos IV*. Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. pp. 203-222.

\_\_\_\_\_. *O que é o Iluminismo?* In: ESCOBAR, Carlos Henrique (org.). *Michel Foucault (1926- 1984) - o Dossier - últimas entrevistas*. Rio de Janeiro, Livraria Taurus Editora, 1984.

GARLAND, Sarah. *Um outro país para Azzi*. Trad. Érico Assis. São Paulo: Editora Pulo do Gato, 2012.

GOETTERT, Jones Dari. A fronteira como dispositivo de poder, de controle e de identidade (considerações iniciais). *Geografia em Questão (Online)*, v. 4, p. 56-71, 2011. Disponível em: <http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/248/158>. Acesso em 20 dez 2019.

HILLESHEIM, Betina. *Entre a literatura e o infantil: uma infância*. Porto Alegre: Abrapso Sul, 2008.

- HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Trad. Maria Celia Paolli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HUNT, Lynn. *A invenção dos Direitos Humanos: uma história*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia da Letras, 2009.
- KASTRUP, Virginia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *Psicologia & Sociedade*, v. 19, n. 1, p. 15-22, jan/abr 2007.
- KRISTEVA, Julia. *O futuro de uma revolta*. Trad. João Domingues e Maria de Jesus Cabral. Coimbra: De Facto Editore, 2017.
- KOHAN, Walter. *Infância*. Entre Educação e Filosofia. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- LARROSA, Jorge. Filosofia e Infância. *Novedades Educativas*. Buenos Aires, v, 12, n. 115, jul. 2000.
- LARROSA, Jorge. Experiência e Alteridade em Educação. *Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul*, v.19, n2, p.04-27, jul./dez. 2011.
- LAVAL, Christian. Foucault e a experiência utópica. In: *O enigma da revolta*. Entrevistas inéditas sobre a revolução iraniana. 2018.
- LISBOA, Maria Vieira. *Crises Humanitárias: enfrentamento e prevenção*. I Colóquio Internacional de Direitos Humanos. São Paulo, Brasil, 2001. Disponível em: [file:///C:/Users/55519/Downloads/marijane\\_crises\\_humanitarias.pdf](file:///C:/Users/55519/Downloads/marijane_crises_humanitarias.pdf). Acesso em 10 dez 2020.
- LLOSA, Mario Vargas. *O barco das crianças*. Trad. Paulina Watch e Ari Roitman. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016.
- LÓPEZ, Maximiliano Valério. O conceito de experiência em Michel Foucault. *Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul*, v.19, n2, p.42-55, jul./dez. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/55519/Downloads/2367-9903-1-PB.pdf>. Acesso em 14 jan 2020.
- MATTOS, Cristine Fickelscherer. O caminho pós-estruturalista do sujeito em romances de Tomás Eloy Martínez. *Afluente*, UFMA/Campus III. v.2, n. 6, pp. 60-79, set./dez. 2017 ISSN 2525-3441. Disponível em: [www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/afluente/issue/view/407/showToc](http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/afluente/issue/view/407/showToc). Acesso em: 15 out 2018.
- MEIRELES, Cecília. *Problemas da Literatura Infantil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- ONU. *Inventário de Migrações*. 2019. Disponível em: [https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/data/estimates2/estimate\\_s19.asp](https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/data/estimates2/estimate_s19.asp). Acesso em 10 jan 2020.
- ONU. *Carta das Nações Unidas*. Genebra, 1945. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/>. Acesso em: 25 set 2018.
- \_\_\_\_\_. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Paris, 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_\_. *Convenção de Genebra sobre Estatuto dos Refugiados*. Genebra: ACNUR, 1951. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/>. Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. Declaração de Cartagena de 1984. Colômbia: ACNUR, 1984. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/>. Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados de 1967. Genebra: ACNUR, 1967. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/>. Acesso em: 18 dez. 2018.

OIM. *Glossário sobre Migração*. Genebra: Organização Internacional para Migrações, 2009).

PIRES, Suyan Maria Ferreira. Amor romântico na literatura infantil: uma questão de gênero. *Educação*. Curitiba, n. 35, p. 81-94, 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602009000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602009000300007&lng=en&nrm=iso). Acesso em: jan 2019.

SANNA, Francesa. *A viagem*. São Paulo: V&R Editoras, 2016.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Record, 2001.

SARMENTO, Tadeu. *O cometa é um sol que não deu certo*. São Paulo: Edições SM, 2017.

TEDESCO, Silvia. Mapeando o Domínio de Estudos da Psicologia da Linguagem: Por uma Abordagem Pragmática das Palavras. In: KASTRUP, V.; TEDESCO, S; PASSOS, E. *Políticas da Cognição*. Porto Alegre: Sulina, 2015a. p. 21-46.

TEDESCO, Silvia. Estilismo de Si: Ato de Fala e Criação. In: KASTRUP, V.; TEDESCO, S; PASSOS, E. *Políticas da Cognição*. Porto Alegre: Sulina, 2015b. p. 177-197.

TEDESCO, Silvia. Hospitalidade e Binarização: Duas Diferentes Políticas do Discurso. In: KASTRUP, V.; TEDESCO, S; PASSOS, E. *Políticas da Cognição*. Porto Alegre: Sulina, 2015b. p. 227-241.

UNHCR. *Global Trends*. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/55519/Downloads/5d08d7ee7.pdf>. Acesso em 28 dez 2020.

VENTURA, Dayse. Política migratória brasileira é obsoleta e dificulta vida de estrangeiros. *UOL Notícias*, 03 de maio de 2014. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/opiniaocolumna/2014/05/03/politica-migratoria-brasileira-deixa-estrangeiros-em-situacao-precaria.htm>. Acesso em: 15 out 2018.